

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

Edital 27/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2025	257021-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA	AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA	12/05/2026 18:10 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25032.000482/2025-18

1. DO OBJETO



PREGÃO ELETRÔNICO

NUMERO DA COMPRA: 26/2026

NUMERO DO PREGÃO: 90011/2026

CONTRATANTE (UASG)

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - ALTO RIO JURUÁ DSEI/ARJ UASG (257021)

OBJETO

Contratação de Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra - CONDUTORES DE VEICULOS (MOTORISTA)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.308.138,32 (dois milhões trezentos e oito mil cento e trinta e oito reais e trinta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/06/2026 às 10:00 h^[A2] (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

[menor preço] [por grupo]

Modo de disputa:

[aberto e fechado]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO

1. DO OBJETO

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8. DA FASE DE JULGAMENTO

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10. DO TERMO DE CONTRATO

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 13. DOS RECURSOS

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA-DSEI/ARJ

Nº 90011/2026

(Processo Administrativo nº 25032.000482/2025-18)

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá, por meio do(a) Serviço de Contratações de Recursos Logísticos - SELOG, sediado(a) na Rua Formoso, bairro Formos, nº 225, na cidade de Cruzeiro do Sul /Estado Acre, realizará licitação,, na modalidade [PREGÃO ELETRÔNICO], na forma ELETRÔNICA (TRADICIONAL), nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra - CONDUTORES DE VEICULOS (MOTORISTA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.[A1]

1.5. A licitação será realizada em grupo único, formado por 6 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência /Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos itens 1 ao 6 do grupo único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;[A4]

3.7.3.1. Justificativa para vedação da participação de sociedades cooperativas

3.7.3.2. Considerando a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de motoristas, destinada a garantir a logística de transporte das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI's), bem como o fornecimento de materiais e insumos às comunidades atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Juruá (DSEI/ARJ), justifica-se a vedação à participação de sociedades cooperativas nos seguintes termos.

3.7.3.3. A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra exige vínculo de subordinação direta entre os trabalhadores e a empresa contratada, especialmente em atividades de natureza contínua e essencial, como o transporte terrestre de pessoal e insumos em áreas indígenas.

3.7.3.4. Nesse contexto, a participação de sociedades cooperativas mostra-se incompatível com o regime de execução pretendido, conforme os fundamentos abaixo.

a) Incompatibilidade do vínculo de subordinação com a natureza cooperativa

3.7.3.5. De acordo com o art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 (ainda aplicável de forma subsidiária à Lei nº 14.133/2021), considera-se dedicação exclusiva de mão de obra a prestação de serviços que envolva a alocação de trabalhadores que permanecerão à disposição da contratante, cumprindo jornada de trabalho, com subordinação direta.

3.7.3.6 Considerando a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de motoristas, destinada a garantir a logística de transporte das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI's), bem como o fornecimento de materiais e insumos às comunidades atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Juruá (DSEI/ARJ), justifica-se a vedação à participação de sociedades cooperativas nos seguintes termos.

3.7.3.7. As sociedades cooperativas, por sua natureza jurídica, não estabelecem vínculo empregatício com seus cooperados, o que inviabiliza a subordinação hierárquica direta exigida neste tipo de contratação.

b) Entendimento consolidado dos órgãos de controle

- Acórdão TCU nº 2.802/2016 – Plenário:
“Não é admissível a contratação de cooperativas para execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da inexistência de vínculo de subordinação entre cooperado e administração pública.”
- Acórdão TCU nº 1.870/2008 – Plenário:
“As cooperativas não podem fornecer mão de obra com dedicação exclusiva à administração pública, por configurarem intermediação irregular de mão de obra.”

c) Riscos trabalhistas e operacionais

3.7.3.8. A contratação de cooperativas nesse tipo de serviço expõe a Administração a riscos jurídicos e operacionais, tais como:

- reconhecimento de vínculo empregatício direto entre a Administração e os cooperados;
- fragilidade na execução contratual e no cumprimento de obrigações trabalhistas;
- risco à continuidade dos serviços essenciais, sobretudo em regiões de difícil acesso, como as comunidades indígenas atendidas pelo DSEI Alto Rio Juruá.

3.7.3.9. Conclusão

Diante do exposto, e com fundamento:

- no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- nos entendimentos consolidados do TCU; e
- nas diretrizes da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017,

3.7.3.10. Conclui-se pela vedação da participação de sociedades cooperativas na presente contratação, por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução demanda vínculo de subordinação direta e contínua entre os trabalhadores e a contratada.

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;[A5]

3.7.11.1. Fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio na presente contratação, considerando que o objeto — serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra de motoristas — requer gestão direta, controle operacional unificado e responsabilidade individual e integral pela execução contratual.

3.7.11.2. A formação de consórcios nessa modalidade de contratação poderia comprometer a eficiência administrativa, dificultar a fiscalização e a apuração de eventuais responsabilidades trabalhistas e contratuais, além de gerar entraves na gestão operacional e na comunicação com a Administração.

3.7.11.3. Assim, a vedação se justifica que permite à Administração definir, de forma motivada, as condições de participação, observando a natureza e a complexidade do objeto a ser contratado.

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A4]

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A5] [A6]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. O lance deverá ser ofertado com base no valor unitário anual de cada item, observada a quantidade total de motoristas prevista para cada categoria e jornada, devendo constar também o valor global anual correspondente.

6.1.2. A proposta deverá ser enviada em anexo no sistema, seguindo o modelo previsto no Termo de Referência (item 1.1), contendo o detalhamento dos valores por posto, categoria, jornada e o valor global do grupo.

6.1.3. Os itens compõem um único grupo operacional, sendo o julgamento realizado pelo menor preço global do grupo, observada a execução conjunta dos serviços, conforme necessidade operacional da Administração.

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de **36 motoristas**

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte dias)** dias, a contar da data de sua apresentação.[A4]

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso

o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

]

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **.R\$ 10 (dez REAIS)**. [A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.[A7]

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;[A9]

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme **Decreto nº 12.304, de 2024.**

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;[A10]

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A11] [A12]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro//Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A14]

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

08.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.7.1.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

- **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** AC000021/2025
- **DATA DE REGISTRO NO MTE:** 28/04/2025
- **NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR013221/2025
- **NÚMERO DO PROCESSO:** 47997.251040/2025-72

8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

- 8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A2]
- 8.14.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.14.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.14.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

- 8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A4]
- 8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A5]
- 8.25. O pregoeiro comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 8.26. O pregoeiro comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.27. O pregoeiro/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 8.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A6]

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia:

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até [DUAS] horas [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], para:[A3]

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **[5]** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **7** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **[5]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[10]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. [A2]

10.9 Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não tratar se de contratação por ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [\[https://pncp.gov.br/\]](https://pncp.gov.br/).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*TRINTA*) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selog.dseiarj@saude.gov.br ou raimundo.gaspar@saude.gov.br. [A1]

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [\[http://www.comprasnet.gov.br/\]](http://www.comprasnet.gov.br/).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo IV– Termo de Ciência e concordância;

**16.11.7. Anexo V- PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO SALÁRIO BASE
MODELO DE FORMAÇÃO DE CUSTO MENSAL PARA UM EMPREGADO**

16.11.7. Anexo VI – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical:[A1]

16.11.8. Anexo VII Modelo de Proposta; obs o item 1.1 do Termo de Referencia ou PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS.

16.11.9. ANEXO VIII - Autorização para Utilização da Garantia;

16.11.10. - ANEXO IX- Modelo do Termo de Cooperação Técnica;

16.11.11. X -Instrumento de Medição do Resultado - IMR;

16.11.12. XI - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;

16.11.12. XII - Termo de Conciliação Judicial;

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RUY BARBOSA DE MOURA FILHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 18:10:18.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

Termo de Referência 77/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
77/2025	257021-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA	AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA	12/05/2026 13:08 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25032.000482/2025-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25032.000482/2025-18)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de condutor de veículos (motorista) a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento .

Grupo	Item	Motorista	Unidade de Fornecimento	Motoristas por posto	Qtde de Postos a ser Registrada (máxima)	*Valor de Diárias	Valor de Referência por Posto/mês	Valor de Referência mensal	Valor de Referência anual - SEM DIÁRIAS	Valor Anual da Contratação - COM DIÁRIAS
1	1	Categoria "B" 44hs	Posto	1	15	R\$ 8.784,75	R\$ 4.719,75	R\$ 70.796,25	R\$ 849.555,00	R\$ 954.972,00
	2	Categoria "B" 12x36 Diurno	Posto	2	4	R\$ -	R\$ 9.439,50	R\$ 37.758,00	R\$ 453.096,00	R\$ 453.096,00
	3	Categoria "B" 12x36 Noturno	Posto	2	3	R\$ -	R\$ 10.978,70	R\$ 32.936,10	R\$ 395.233,20	R\$ 395.233,20
	4	Categoria "D" 44hs	Posto	1	5	R\$ 3.461,75	R\$ 5.486,09	R\$ 27.430,45	R\$ 329.165,40	R\$ 370.706,40
	5	Categoria "D" 12x36 Diurno	Posto	2	1	R\$ -	R\$ 10.972,18	R\$ 10.972,18	R\$ 131.666,16	R\$ 131.666,16
	6	*Diária	Diária			R\$ 12.246,50				
VALOR ESTIMADO TOTAL									R\$ 2.158.715,76	R\$ 2.305.673,76
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO										
*DIÁRIAS - Valor Mensal estimado pela Administração para diárias (Essas serão reembolsadas após a efetiva requisição e comprovação de pagamento ao respectivo motorista no mês). A licitante não deverá alterar o valor desta "verba", cuja finalidade se destina tão somente à disponibilização orçamentária necessária ao reembolso de										
1.1.2 RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA										

Em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 3.421/2018 (Acre), fica estabelecida a reserva de até 5% das vagas ofertadas neste contrato — equivalentes a 2 (duas) vagas — para mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas vítimas de violência doméstica e familiar, devidamente comprovada por documentação emitida por órgãos competentes.

1.1.3. Caso não haja candidatas aptas ou interessadas, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por outros profissionais, respeitados os critérios estabelecidos no presente Termo de Referência.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua execução é essencial à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, sendo prestado de forma ininterrupta e regular, com a necessidade de alocação contínua de mão de obra para atendimento às demandas de transporte institucional nas diversas unidades/polos. Trata-se de atividade que, pela sua natureza, não se exaure com a simples conclusão da tarefa, exigindo sua prestação por prazo indeterminado., sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a previsibilidade da demanda, a estabilidade no planejamento orçamentário, a redução de custos administrativos com novas licitações frequentes e a garantia da continuidade dos serviços públicos, conforme autoriza o art. 6º, inciso XL do Decreto nº 11.246/2022, em consonância com os arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de vigência

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) [assinatura do contrato,], prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5 O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, sendo considerado o valor mensal por posto de trabalho efetivamente prestado, nos termos definidos neste Termo de Referência.

1.6

O critério de julgamento será o Menor Preço do Grupo, correspondente ao valor global anual estimado da contratação (12 meses), calculado a partir dos valores unitários mensais apresentados para cada posto de motorista.

O pagamento será realizado de acordo com os serviços efetivamente prestados e os postos efetivamente executados, observados os princípios da economicidade, eficiência administrativa e fiscalização contratual.

1.6.1. Observação: O item “Diárias” não integrará a disputa do certame, permanecendo como valor fixo e inalterável, por tratar-se de estimativa de despesa eventual. O ressarcimento ocorrerá somente mediante comprovação da despesa, observado o disposto no Termo de Referência.

1.7 JUSTIFICATIVA DA PREVISÃO DE DIÁRIAS E DOS QUANTITATIVOS

1.7.1 Considerando a abrangência geográfica dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas é imprescindível se considerar a possibilidade para o pagamento de diárias quando houver o deslocamento para outros municípios com pernoite fora da Unidade de Referência, distinta da sede habitual da prestação dos serviços, e nesta seara, faz se necessária a inclusão de um item específico na planilha de formação de custos de cada posto para o pagamento /reembolso destas despesas indenizatórias.

1.7.2 O Caderno de Logística de prestação de serviços de transportes no âmbito da Administração Pública orienta que só faz jus ao recebimento de diárias o profissional que fizer um deslocamento para uma localidade distinta da sede habitual da prestação dos serviços, ou seja, aqueles que por ventura foram designados para realizar rotinas diferentes das quais fora contratado, conforme disposto no subitem 3.3.2:

“... Quando houver necessidade de deslocamento para localidades distintas da sede habitual da prestação de serviços...”

1.7.3 Tal entendimento foi recorrentemente reconhecido pela jurisprudência de diversos Tribunais conforme exemplos que se seguem:

"PAGAMENTO DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO EM QUE NÃO HÁ PERNOITE.

SUPRESSÃO. MP Nº 1.573/97. LEI Nº 9.257/97. LEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

1. Tendo a questão referente às meias diárias a que se refere a entidade impetrante sido disciplinada no art. 58, parágrafo 1º da Lei nº 8.112/90, que estabeleceu que as diárias seriam devidas pela metade toda vez que o afastamento da sede, a serviço, não exigisse pernoite e considerando que, com o advento da MP nº 1.573-9, de 03/07/97, posteriormente convertida na Lei nº 9.527/97, foi introduzido o parágrafo 3º ao mencionado dispositivo da Lei nº 8.112/90, que determinou que os deslocamentos dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, não serão indenizados com diárias, salvo se houver pernoite fora da sede, não merece prosperar o argumento da entidade impetrante no sentido de que a supressão das diárias, antes concedida pela metade, fere direito dos seus filiados, no caso os Auditores Fiscais do Tesouro Nacional. As diárias destinam-se a indenizar despesas de pousada, alimentação e de locomoção, conforme estabelece o art. 58 do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União.

2. No caso em concreto, não há despesas de pousadas, apenas de alimentação e locomoção. A alimentação, como informou o Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda (fls 333), é custeada com o auxílio-alimentação, recebido pelo servidor, por dia de trabalho. Para locomoção do servidor, ainda segundo a mesma autoridade, “é oferecido veículo oficial e caso realize despesas com a utilização de meio próprio de locomoção, recebe indenização de transporte, conforme estabelecido no art. 60, da Lei nº 8.112/90, regulamentada pelo Decreto nº 1.238, de 01/09/94”. (Cf: TRF1, Segunda Turma Suplementar, AC 1999.01.00.081778-5, p.49.) 4. Apelação não provida.” (Destacou-se).

Assim como:

“Acórdão 1º Câmara de Direito Público Reexame Necessário nº 0507549-0 (N.P.U. nº 0000242-15.2010.8.17.0630) Autor Município de Gameleira Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: ADMINISTRATIVO; REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA. PERCEPÇÃO DE DIÁRIAS DE VIAGENS. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 60 DA LEI MUNICIPAL Nº 837/1991. BENESSE CONCEDIDA QUANDO O DESLOCAMENTO SE DÁ DE MODO EVENTUAL E TRANSITÓRIO. SERVIDOR QUE REALIZA, REGULAGARMENTE, DESLOCAMENTOS PARA CIDADES VIZINHAS. IMPROCEDÊNCIA. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A questão necessariamente devolvida ao conhecimento deste Tribunal cinge-se ao direito do autor, servidor público do Município de Gameleira, ocupante do cargo de Motorista, à percepção de diárias por deslocamentos efetuados por necessidade do serviço.

2. Com efeito, o art. 59 da Lei Municipal nº 837/1991 garante o pagamento das diárias ao “servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território Nacional (...), para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana”. Por sua vez, o art. 60 estabelece. “ (...) §2º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigências permanentes do cargo, o servidor não fará jus a diárias.”

3. Da análise do dispositivo legal colacionado, depreende-se que, para a concessão da vantagem pecuniária, é necessário haver deslocamento em caráter eventual ou transitório, sendo inadmitido quando constituir exigência permanente do cargo ou função.

4. Constata-se dos documentos comprobatórios constantes dos autos (fls. 09/13) que, em dezembro de 2005, o servidor realizou 14(catorze) viagens para Palmares e Recife. Em fevereiro foram realizadas 13(treze) viagens para Palmares, Recife, Escada e Camocim de São Félix. Em abril, o servidor fez 12 (doze) viagens, para Recife, Palmares e Caruaru, e em maio, uma viagem para o Município de Escada, vez que os

outros registros constantes no mês de maio estão datados de abril. (...) Ressalte-se que em nenhuma viagem há registro de pernoite.

5. Como se vê, o cargo do servidor exige-lhe permanentemente o deslocamento da sede do Município para cidades vizinhas (...), tais viagens não despendiam mais do que 8(oito) horas.

6. Conclui-se, destarte, que no caso das curtas viagens registradas nos documentos colacionados aos autos (fls. 09 /13), que duraram menos de 8(oito) horas, o servidor não faz jus às diárias pretendidas, por se tratar de exigência permanente do seu cargo.

7. Reexame Necessário provido, para afastar a condenação do Município ao pagamento das diárias de viagens de curta duração, pois permanentemente exigidas do servidor municipal, ocupante de cargo de Motorista.

9. Decisão Unânime. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 0507549-0, que tem como pastes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de

Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Reexame Necessário, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado, P. R. I. Recife, 04 de 09 de 2018. Des. Erik de Sousa Dantas Simões Relator PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO." (Destacou-se)

1.7.4. Desta forma, uma vez que o objeto prevê a prestação de serviços rotineiros e habituais nas áreas de abrangências dos respectivos Distritos, ou seja, o deslocamento dentro destas áreas consiste em exigência permanente da função, a percepção ao direito da diária só será concedido àqueles que realizarem viagens com pernoites para outros municípios nas quais foram contratados, ou seja, fora da área de abrangência dos Distritos, bem como, se houver pernoite.

1.7.5. O motorista lotado em um Posto não permanecerá em área distinta do seu posto acompanhando as Equipes Multidisciplinares de Saúde – EMSI ou outra qualquer.

1.7.6. Exemplificando isto, o motorista lotado na Sede deverá apenas realizar o transporte da equipe à área do local de trabalho, devendo o mesmo retornar ao posto no qual foi lotado, havendo necessidade de se ter um posto para acompanhar as equipes durante o período no qual elas ficam lotadas em área diferente da Sede do Distrito deverá criar um posto de 44hs específico para aquela área.

1.7.7. Por se tratar de despesa de caráter indenizatório, nas quais não incidem impostos e/ou tributos não haverá a incidência de qualquer outro tipo de acréscimo sobre o valor pago ao profissional que fizer jus, logo o valor a ser reembolsado, e que deverá constar da fatura, será o mesmo valor líquido a ser pago ao empregado;

1.7.8. Com vistas ao reembolso das referidas despesas deverá constar um item específico em cada posto da planilha de composição de custos, representado por 30% do valor total da remuneração (não poderá ser diferente desse valor), no qual permitirá à Administração a correta apropriação, liquidação e pagamento(reembolso) em função da Natureza da Despesa de Caráter Indenizatório.

1.7.9. O campo da Planilha de Composição de Custos definido como: Valor Mensal estimado pela Administração para diárias, deverão ser cadastrados com os valores fixo e determinados por esta Administração, ou seja 30% do valor total da remuneração), não podendo de forma alguma serem diferentes na Planilha de Composição de Custos da licitante ajustada após o término da fase de lances na sessão do certame, sob pena de desclassificação da proposta, uma vez que a alteração desses valores prejudicará o Princípio da Igualdade, e deverão ser ajustada na fase de aceitação de propostas, uma vez que qualquer valor inferior ao estabelecido, ensejará em um valor menor, mas em desacordo com o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

1.7.10. Por ocasião do pedido de reembolso à Contratante, a Contratada deverá juntar no pedido a documentação que comprove o efetivo pagamento das diárias, fazendo constar ainda, o período, o local de deslocamento, a quantidade de diárias e o motivos do deslocamento acompanhado da autorização de deslocamento ou documento similar a ser emitido por membro da equipe de fiscalização.

1.7.11. O ressarcimento/reembolso da despesa ocorrerá no mês subsequente ao da prestação do serviço.

- 1.7.12. A CONTRATANTE ressarcirá à CONTRATADA, com os gastos efetivamente realizados pelo motorista, dentro do limite R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), ou/e de acordo com os valores estipulados nas Convenções Coletivas da Categoria;
- 1.7.13. O limite máximo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) diários, por motorista será aplicado para a empresa cuja Convenção Coletiva não estipula limites de gastos;
- 1.7.14. Entende-se por a ajuda de custo por ocasião de viagem realizada pelos motoristas a serviço do CONTRATANTE, necessitando pernoite fora da cidade de origem do serviço;
- 1.7.15. Nos casos de viagens intermunicipais e interestaduais na qual haverá existência de pernoite, ou em demais deslocamentos que sejam necessários a pernoite do prestador de serviço, o fiscal do contrato oficiará a empresa em até 72 horas anteriores ao deslocamento, informando o período, nome do motorista, município e estado de deslocamento e outras informações que achar pertinente; Nos deslocamentos intermunicipais em que o motorista permanecer em viagem ou em atividade externa por período superior a 06 (seis) horas ininterruptas, ainda que não haja pernoite, será devido o pagamento de meia diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), destinada a custear despesas com alimentação e demais gastos decorrentes do deslocamento. A concessão da meia diária ficará condicionada à prévia autorização e comprovação do deslocamento pelo fiscal do contrato, mediante registro da atividade executada, contendo, no mínimo, percurso realizado, horário de saída e retorno, identificação do motorista e justificativa da necessidade do deslocamento. A meia diária prevista neste item não se confunde com a diária integral devida nos casos de pernoite, tratando-se de hipótese específica para deslocamentos intermunicipais prolongados sem necessidade de hospedagem. A previsão de meia diária para deslocamentos superiores a 6 (seis) horas decorre das peculiaridades logísticas e territoriais do DSEI Alto Rio Juruá, cujas rotas frequentemente envolvem longas distâncias, estradas precárias e permanência prolongada do condutor fora da sede de lotação, tornando necessária a cobertura mínima de despesas durante a execução do serviço.
- 1.7.16. Havendo qualquer situação causada por fato imprevisível ou de força maior a oficialização à Contratada poderá ser em prazo inferior, mas com a brevidade possível para que a Contratada possa repassar o valor devido ao colaborador.
- 1.7.17. A Planilha de Composição de Custos terá 1 (um) ITEM Valor Mensal estimado pela Administração para diárias em cada Posto de Trabalho que será destinado exclusivamente à liquidação das despesas com diárias, não permitindo a modificação do valor previamente definido pela Administração. Não serão aceitas propostas de empresas com valores diferentes para o valor do item destinado ao pagamento/reembolso das diárias, devendo a licitante ajustar o valor final da sua Planilha contemplando os valores para a possível despesa em cada Posto conforme disposto a seguir:
- 1.7.18. O Campo Valor Mensal estimado pela Administração para diárias deverá adotar com cálculo 30% do total da remuneração de cada Posto
- 1.7.19. Essas serão reembolsadas após a efetiva requisição e comprovação de pagamento ao respectivo motorista no mês.
- 1.7.20. A licitante não deverá alterar o valor desta "verba", cuja finalidade se destina tão somente à disponibilização orçamentária necessária ao reembolso de despesas com eventuais diárias.
- 1.7.21. Por ocasião da elaboração da Planilha de Custos nos moldes do modelos constante do Apêndice deste instrumento a licitante deverá preencher o QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS conforme destacado a seguir:

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
<u>Tipo de Serviço (A)</u>	<u>Valor Proposto por Empregado (B)</u>	<u>Qtde de Empregados por Posto (C)</u>	<u>Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)</u>	<u>Qtde de Postos (E)</u>	<u>Valor Total do Serviço (F) = (D x E)</u>

0	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
Valor mensal dos serviços					R\$ -
Valor Mensal estimado pela Administração para diárias (Essas serão reembolsadas após a efetiva requisição e comprovação de pagamento ao respectivo motorista no mês). A licitante não deverá alterar o valor desta "verba", cuja finalidade se destina tão somente à disponibilização orçamentária necessária ao reembolso de despesas com eventuais diárias.					R\$ = 30% do valor total da remuneração -
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ -

1.7.22. A inclusão de um item específico para reembolso das despesas com diárias faz se necessária haja vista a natureza indenizatória da despesa, bem como, a previsão orçamentária para cobrir tais despesas, permitindo desta forma, o empenho e a apropriação de recursos na natureza da despesa correta.

1.7.23. Considerando o exposto anteriormente os padrões elencados na justificativa das despesas com diárias, tais informações são oriunda do processo anterior de 2020 (Logística: Contratação de Transporte Aéreo, Fluvial e Terrestre) e Termo de Referência do mesmo, assim sendo projetando um padrão com ressalvas do contrato anterior a esta administração, conforme (Logística: Contratação de Transporte Aéreo, Fluvial e Terrestre) e Contrato 48, desta forma esclarecemos que foi realizado o reajuste do contrato anterior que tinha a margem de 50% do valor da remuneração do modulo 1 da planilha de custo, desta forma recomendamos conforme o ajuste de 30% do valor da remuneração para reembolso de despesas com diárias, para atendimento das necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá.

1.8. Metodologia de cálculo de diárias :

1.8.1 Trata-se de necessidade administrativa voltada à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para motoristas, com o objetivo de assegurar a continuidade da logística de transporte das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI's), bem como o fornecimento regular de materiais e insumos às comunidades indígenas sob a responsabilidade do DSEI Alto Rio Juruá, sendo o SELOG/ARJ a unidade demandante.

1.8.2. Considerando a necessidade ao recebimento de diárias o profissional que fizer um deslocamento para uma localidade distinta da sede habitual da prestação dos serviços, ou seja, aqueles que por ventura foram designados para realizar rotinas de deslocamento, Com vistas ao reembolso das referidas despesas deverá constar um item específico em cada posto da planilha de composição de custos, representado por 30% do valor total da remuneração do módulo 01 (não poderá ser diferente desse valor), no qual permitirá à Administração a correta apropriação, liquidação e pagamento(reembolso) em função da Natureza da Despesa de Caráter Indenizatório, vejamos a padronização a seguir:

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO							
1	Composição da remuneração						Valor (R\$)
A	Salário Base						R\$ 1.648,58
B	Adicional de periculosidade	<input type="checkbox"/>	Sim/Não	N	<input type="checkbox"/>		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	<input type="checkbox"/>	Sim/Não	S	<input type="checkbox"/>	20%	R\$ 303,60
D	Adicional noturno	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		
F	Outros (especificar)						
G	Outros (especificar)						
TOTAL DA REMUNERAÇÃO							R\$ 1.952,18

--	--

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.952,18
B Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.580,72
C Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 123,81
D Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 57,80
E Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 75,73
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)	R\$ 3.790,24
F Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 585,99
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	R\$ 4.376,23
VALOR DIÁRIAS (30% MÓDULO 01)	R\$ 585,65
VALOR TOTAL POR EMPREGADO MENSAL	R\$ 4.961,88

1.8.3. Considerando os dados inseridos na demonstração do módulo 01 e quadro resumo do custo por empregado, são valores atual, desta forma podendo haver variação conforme a atualização da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 , desta forma a metodologia aplicada de cálculo das diárias são ESTIMADA, ao que indica ser a necessidade do órgão, para vislumbrar melhor, vejamos o que dita:

QUADRO DE RESUMO DO CUSTO DA DIÁRIA		
Valor diária (30% módulo 01)	Valor diária CCT 2025/2026	Quantidade estimada
R\$ 585,65	R\$ 150,00	3,90

1.8.4. Considerando a logística aplicada ao Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá a quantidade de 3,90 de diárias aos motoristas que se fazem necessário seu deslocamento é aceitável, sendo assim recomendamos que tal quantidade seja aplicada mensalmente a cada posto de trabalho, quando houver necessidade de deslocamento para localidades distintas da sede habitual da prestação de serviços, ressaltamos que valor a ser pago e o limite mínimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 . Desta forma recomendamos conforme os 30% do valor da remuneração do módulo 01, para reembolso de despesas com diárias, para atendimento das necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000062/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 10/11/2025
- III) Id do item no PCA: 620
- IV) Classe/Grupo: 851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, CADERNO DE LOGÍSTICA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE e Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde ciclo 2024-2026: A fim de atender as políticas e diretrizes nacionais de sustentabilidade ambiental s Contratadas deverão disseminar as políticas de boas práticas sustentáveis no âmbito de seus colaboradores.

4.1.1. Para tanto deverá prever soluções inovadoras na prestação de serviços de excelência, que resultem em sustentabilidade e eficiência. É possível associar o desenvolvimento e a valorização dos envolvidos à disseminação de práticas e critérios de logística sustentável, associadas à manutenção dos veículos, emissões de poluentes, calibração dos pneus, segurança, direção defensiva, capacitação de pessoal, política da frota, entre outros. Essas soluções são relavas à rede de estabelecimentos e fornecedores, redução de emissões de gases poluentes e de efeito estufa, programas de capacitação, etc.

4.1.2. As emissões de gases de efeito estufa, entre outros fatores, são causadoras das mudanças do clima, principalmente pelo uso de combustíveis não renováveis, pelas queimadas e pela agropecuária extensiva. Portanto, o uso de combustíveis menos impactantes ao meio ambiente, como o etanol e biodiesel deverá ser recomendada e o monitoramento da qualidade de desempenho dos veículos e dos motoristas podem evitar o consumo e desperdício exagerado.

4.1.3. Nesse contexto, tem-se que as políticas de sustentabilidade devem estar associadas à manutenção dos veículos, emissões de poluentes, calibração dos pneus, segurança, direção defensiva, capacitação de pessoal, política da frota, entre outros. demandando dos profissionais responsáveis pela condução dos veículos um efetivo comprometidos em busca das melhores práticas de sustentabilidade.

4.1.4 Logo, é imprescindível que os colaboradores sejam conscientizados de algumas posturas essenciais tais como:

4.1.4.1 Seguir de forma rigorosa os prazos e quilometragem para manutenção dos mesmos de acordo com os manuais dos veículos evitando assim, impactos econômicos com reparos e substituições.

4.1.4.2 Dar preferência ao abastecimento em postos que estejam no trajeto do transporte que será realizado, sempre que possível, utilize o combustível renovável (etanol, gasolina, biodiesel, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998 e localmente, para evitar a emissão de gases poluentes na atmosfera e nos demais casos restringir os deslocamentos para o abastecimento a um raio máximo de 2 km da origem ou do local de destino.

4.1.4.3 Dar preferência aos postos de abastecimento e oficinas que possuam políticas de destinação ambientalmente adequada de descarte dos resíduos das manutenções, como óleos, peças e pneus nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, ou seja, realizar as manutenções em empresas/fornecedores que se atentem às praticas sustentáveis, dentre elas o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA.

4.1.4.4 Conduzir os veículos da forma mais adequada possível com vistas à redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

4.1.4.5 Por todo o exposto, as Contratadas deverão disseminar sempre que possível políticas e diretrizes contemplando, dentre outras, as orientações anteriores visando a conscientização dos papéis de seus colaboradores na promoção da sustentabilidade ambiental.

Subcontratação[A6]

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (CINCO por cento)** do valor **[anual]** da contratação[A9] . [A10]

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]

4.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial[A14] .

4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.18.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.21.1. A empresa vencedora deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, providenciar e apresentar Laudo Técnico de Insalubridade, emitido por profissional legalmente habilitado (engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho), conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2025 /2026 da categoria N/G NO MTE AC000021/2025.

4.21.2. O referido laudo deverá abranger as atividades desempenhadas pelos motoristas alocados no contrato, especialmente nas condições de atuação em áreas de difícil acesso e exposição a agentes insalubres, considerando a realidade operacional do DSEI Alto Rio Juruá, observando-se o disposto na Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho devendo ainda ser considerado apenas para os motoristas que, comprovadamente, forem lotados e desempenharem em locais aonde possa haver a caracterização da insalubridade em função da exposição a agentes nocivos. A apresentação do laudo será condição indispensável para o pleno cumprimento das obrigações contratuais, bem como para a correta aplicação dos direitos trabalhistas dos profissionais envolvidos.

Vistoria

4.22. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. Tendo em vista que por se tratar de disponibilização de mão obra, na qual o local por si só, não altera as condições de prestação dos serviços, uma vez que a estrutura física do local não repercute na elaboração da proposta, haja vista que o dimensionamento dos quantitativos foram definidos sob a forma de número de postos, e pelo fato de que a elaboração da proposta se restringirá à legislação que acerca o objeto, à Convenção Coletiva vigente no Estado, ao Lucro e aos custos Indiretos que serão definidos pela empresa licitante.

Instalação de escritório

4.23. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados[A18] que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Cruzeiro do Sul/AC ou um preposto responsável. O contratado deverá indicar, formalmente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, um preposto devidamente autorizado para representá-lo na execução do objeto contratado, responsável pela comunicação com

a Administração Pública, pelo atendimento das solicitações e pela solução de eventuais intercorrências. O preposto deverá permanecer disponível durante toda a vigência do contrato e possuir plenos poderes para tomar decisões e responder às demandas relacionadas à execução dos serviços, conforme previsto no artigo 117, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. O início da prestação dos serviços pelos motoristas deverá ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

4.24. Os postos serão preenchidos por Motorista detentor de CNH Categoria "B" CBO 782305 e Motorista detentor de CNH Categoria "D" CBO 782310 que além das atividades descritas no subitem 7 do Estudo Técnico Preliminar, deverão:

- Realizar o transporte de servidores, colaboradores, pacientes, insumos e materiais, conforme a necessidade operacional das unidades do DSEI Alto Rio Juruá;
- Zelar pela conservação, limpeza e bom estado de funcionamento do veículo sob sua responsabilidade, comunicando imediatamente qualquer anormalidade;
- Preencher diariamente o relatório de bordo e os demais registros operacionais exigidos pela administração;
- Obedecer rigorosamente às normas de trânsito e de segurança no transporte de pessoas e materiais;
- Apresentar-se uniformizado, com postura profissional e cordialidade no trato com usuários e servidores;
- Atuar em regime de escala conforme a necessidade local, inclusive em finais de semana, feriados e períodos noturnos, se necessário, respeitando os limites da legislação trabalhista vigente;
- Manter-se disponível durante a jornada contratual para atender a chamados emergenciais ou urgentes, conforme a criticidade dos serviços demandados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 7 dias [da assinatura do contrato]

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:-

- Visando dar início à prestação dos serviços será realizada uma reunião inicial com todos os profissionais contratados para que sejam reforçadas as obrigações e responsabilidades, registrando todo o teor da pauta na ata que deverá ser assinada por todos os presentes. Tal medida visa registrar a ciência daqueles profissionais a respeito de todas os aspectos inerentes às suas funções no decorrer da execução contratual.
- Após a reunião e em até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá entregar a relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, CNH, RG, CPF e documento que comprove a qualificação mínima ou a qualificação técnico-profissional exigida;
- Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de empregados não inclusos na relação.
- Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à
- FISCALIZAÇÃO.
- Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados, a CONTRATADA deverá apresentar comprovantes extraídos da Carteira de Trabalho Digital dos empregados admitidos para a execução dos serviços, contendo os registros de admissão devidamente atualizados, bem como os exames médicos admissionais correspondentes.
- Termo de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, , quando exigível pelo sindicato a categoria;
- Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

- Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.
- Havendo a alocação gradativa dos funcionários os pagamentos serão proporcionais à efetiva disponibilização dos mesmos.
- Os serviços de condução de veículos serão realizados conforme solicitação da Administração, mediante escala de trabalho previamente definida.
- O motorista deverá atuar de forma contínua, conforme a carga horária estabelecida em contrato, respeitando as normas de trânsito e segurança vigentes.
- Todos os motoristas deveram esta devidamente habilitados.
- Devido a peculiaridade dos serviços, onde os empregados terão acesso a informações de segurança e sigilosas do Contratante, todos os empregados alocados pelo
- Contratado deverão ser previamente aprovados pela Contratante.
- Os empregados deverão desenvolver suas atividades uniformizados, observadas as disposições do subitem uniformes deste TR.
- As ocorrências de eventuais afastamentos dos empregados da execução dos serviços por quaisquer motivos e por período superior a 15 (quinze) dias, ensejarão providências imediatas da contratada para que os mesmos sejam substituídos temporariamente.
- A Contratada deverá elaborar antes de cada exercício plano de férias dos empregados, devendo ser aprovado pelo Contratante (Fiscal do Contrato).
- As solicitações da Contratante para a substituição definitiva de empregados deverão ser efetivadas no dia seguinte ao da solicitação, caso não tenha sido estabelecido
- outro prazo, admitida a tolerância de até 3 (três) dias, devendo ser justificado o motivo
- da solicitação
- Os valores devidos à contratada deverão ser ajustados ao efetivo cumprimento de
- todas as exigências estabelecidas neste TR, ressaltadas as disposições de cumprimento pelos empregados da jornada de trabalho, dos resultados do IMR, da conferência das Ordens de Serviços e dos BDT's a serem apurados por meio da solução tecnológica e do cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, pela contratada.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: [...];

5.1.3.1 Os Serviços a serem prestados nesta contratação, serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa da Instituição, baseado no cronograma mensal e item desse documento 1.1, assim como as outras equipes que necessitarem desses serviços, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria quando houver;

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Local e horário da prestação dos serviços

BASE	MUNICÍPIOS	ENDEREÇO
SEDE DSEI/ARJ	CRUZEIRO DO SUL	Rua do Formoso, bairro Formoso Nº 225
CASA DE APOIO A SAÚDE INDÍGENA	Mâncio Lima	bairro Guarani S/nº município
Polo Base de Cruzeiro do Sul	CRUZEIRO DO SUL	TRAVESSA KATUKINAS (RURAL), 300 - ALDEIA CAMPINA BR 364
Polo Base Mâncio Lima	Mâncio Lima	Bairro José Martins, AV Jarpinhi
Polo Base de Tarauacá	Tarauacá	Corcovado
Polo Base de Feijó	Feijó	BAIRRO CENTRO
Polo Base Porto Walter	Porto Walter	XXXXXX
Polo Base Marechal Thaumaturgo	Marechal Thaumaturgo	XXXXX
Polo Base Jordão	Base Jordão	XXXXXXX

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

- Entra: 7:00 horas
- Saída: 12:00
- Entra: 14:00 horas
- Saída: 17:00

5.3.1 O subitem a cima refere - se aos colaboradores que iram exercer a carga horaria de 44 horas semanais.

Entrada: 6:00 horas

Saída: 18: horas

Entrada: 18:00

Saída: 6:00 horas

5.3.2. O subitem a cima refere - se aos colaboradores que iram exercer a carga horaria de 12 por 36 horas.

5.3.3. Intervalo para o almoço que acordo com a CLT (ARTIGO 71) o colaborar que exercer a carga horaria de trabalho de 44 horas terá o intervalo de 2 (duas) horas, para o almoço.

5.3.4. Em jornada 12x36, o colaborador trabalha 12 horas seguidas e folga nas 36 horas seguintes.

A regra sobre o intervalo para refeição nessa jornada vem da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente após a reforma trabalhista (art. 59-A da CLT) e também pode ser complementada por acordos ou convenções coletivas.

- Em jornada 12x36, o colaborador tem direito a, no mínimo, 1 hora de intervalo para almoço/refeição.
- Esse intervalo não é computado na jornada — ou seja, ele trabalha efetivamente 12 horas excluindo o intervalo.

Rotinas [A5] a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas [abaixo]

5.3.2. DIRIGIR VEÍCULOS

- a) Checar indicações dos instrumentos do painel;
- b) Ajustar bancos e retrovisores;
- c) Detectar problemas mecânicos;
- d) Identificar sinais sonoros, luminosos e visuais;
- e) Buscar local seguro em caso de perigo;
- f) Conduzir veículo com problemas mecânicos apenas com autorização superior;
- g) Desviar de obstáculos;
- h) Evitar paradas bruscas;
- i) Reduzir velocidade em caso de chuva ou neblina;
- j) Destravar portas do veículo apenas em local seguro;
- k) Acionar sinais luminosos e sonoros;
- l) Assumir responsabilidades por multas e infrações de trânsito quando comprovado, mediante Boletim Diário de Transporte, que o veículo estava sob sua responsabilidade;
- m) Assinar Aviso de Infração para que o proprietário do veículo providencie a transferência dos respectivos pontos para sua habilitação.

5.3.3. TRANSPORTAR PESSOAS, CARGAS E PACIENTES

- a) Cumprir ordem de serviço;
- b) Devolver objetos esquecidos no interior do veículo;
- c) Calcular distância do local de destino;

- d) Auxiliar deficientes, gestantes, idosos e crianças no embarque e desembarque;
- e) Liberar embarque e desembarque em local seguro e permitido;
- f) Alterar itinerário em caso de situações de risco ou emergência;
- g) Definir itinerário conforme orientação recebida;
- h) Calcular tempo de chegada ao destino;
- i) Colocar objetos dos passageiros no compartimento de bagagem;
- j) Carregar e acomodar as cargas de transporte;
- k) Acomodar ocupantes no veículo;
- l) Retirar objetos dos passageiros do compartimento de bagagem;
- m) Selecionar veículo de acordo com a capacidade licenciada.

5.3.4. AUXILIAR EQUIPE DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- a) Auxiliar na aplicação de procedimentos de primeiros socorros, quando solicitado.

5.3.5. REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÕES BÁSICAS DO VEÍCULO

- a) Inspecionar e identificar avarias no início e no final de cada trajeto;
- b) Verificar nível de combustível;
- c) Abastecer o veículo;
- d) Limpar parte interna e externa do veículo;
- e) Verificar estado dos pneus;
- f) Testar sistema elétrico;
- g) Verificar nível do líquido de arrefecimento;
- h) Testar sistema de freios;
- i) Conferir equipamentos obrigatórios;
- j) Acompanhar prazos ou quilometragem para revisões periódicas;
- k) Providenciar revisões periódicas;
- l) Trocar pneus, quando necessário;
- m) Climatizar o veículo conforme solicitação dos passageiros;
- n) Executar pequenos reparos mecânicos de emergência.

5.3.6. MANOBRAR VEÍCULOS

- a) Localizar vaga para estacionamento;
- b) Identificar e evitar obstáculos ao redor do veículo;
- c) Controlar a velocidade de manobra;
- d) Estacionar veículo;
- e) Localizar veículo no pátio de estacionamento;
- f) Sinalizar local em caso de estacionamento emergencial.

5.3.7. USAR EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS ESPECIAIS

- a) Verificar funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- b) Verificar equipamentos de comunicação, quando houver;
- c) Utilizar software de navegação, quando disponível.

5.3.8. REGISTRAR E CONTROLAR INFORMAÇÕES

- a) Preencher fichas e relatórios fornecidos pela fiscalização, registrando trajetos, passageiros e abastecimentos;
- b) Conferir dados de destinos e responsáveis por entregas;
- c) Recolher assinatura do recebedor da mercadoria ou serviço;
- d) Registrar Boletim de Ocorrência e acionar seguradora em caso de acidente.

5.3.9. COMUNICAR-SE

- a) Relatar ocorrências durante a realização do trabalho;
- b) Notificar autoridades em casos de emergências;
- c) Informar sobre problemas mecânicos;
- d) Solicitar socorro mecânico;
- e) Relatar atrasos;
- f) Prestar informações gerais aos passageiros;
- g) Exigir dos passageiros o uso de cinto de segurança.

5.3.10. DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

- a) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;
- b) Trabalhar em equipe;
- c) Demonstrar cortesia e polidez;
- d) Dirigir defensivamente;
- e) Demonstrar equilíbrio emocional e capacidade de decisão rápida;
- f) Demonstrar capacidade de análise e autocontrole.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:[A7]

5.4.1. A fim de permitir o melhor dimensionamento da proposta, a licitante deverá observar o disposto no item 6 do Estudo Técnico Preliminar, que trata da Descrição da Solução.

5.4.2. Deverão ser considerados, nos valores da proposta, todos os custos inerentes à prestação dos serviços, tais como encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, e demais despesas relativas à prestação dos serviços.

5.4.3. A licitante deverá ofertar lances para o valor unitário anual do posto de trabalho, conforme definido neste Termo de Referência.

5.4.4. A proposta deverá conter as seguintes informações:

5.4.4.1. Valor unitário anual do posto;

5.4.4.2. Possuir validade mínima de 120 (cento e vinte) dias;

5.4.4.3. Incluir as diárias na proposta final e planilha de custo;

5.4.4.4. Estar acompanhada das planilhas de composição de custos de cada um dos postos de motorista;

5.4.4.4.1. Para atender a eventuais necessidades de deslocamentos durante a execução dos serviços, poderá ser demandada a utilização de até 3,9 diárias por posto de 44 horas ao mês, equivalentes o total anual de R\$ 146.958,00 corresponde a cerca de 980 diárias por ano. O valor da diária é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme acordo coletivo de trabalho vigente. Ressalta-se que a quantidade estimada possui caráter meramente indicativo, não constituindo obrigação de demanda mínima por parte da Administração, sendo devido o pagamento apenas das diárias efetivamente realizadas, mediante comprovação.

5.4.4.5. Indicar a Convenção Coletiva de Trabalho adotada para a composição de custos dos postos de motoristas.

5.4.4.6. Declaração de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste certame, incluindo todos os custos operacionais, trabalhistas, tributários e comerciais.

5.4.4.7. Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4.4.8. Informar os dados da empresa (endereço completo, telefones, e-mail, pessoa para contato e dados bancários para pagamento).

5.4.4.9. Estar datada e assinada com a identificação completa do signatário, devendo ser apresentado documento que comprove os poderes para a assinatura.

5.4.4.10. Estar acompanhada da cópia da Convenção Coletiva de Trabalho adotada para a formação de preços.

5.4.4.11. Por ocasião da elaboração da Planilha de Custos, nos moldes do modelo constante do Apêndice 3, a licitante deverá preencher o Quadro Resumo - Valor Mensal dos Serviços, conforme destacado a seguir:

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO										
1	Composição da remuneração								Valor (R\$)	
A	Salário Base								R\$ 1.648,58	
B	Adicional de periculosidade	<input type="checkbox"/>	Sim/Não	N	<input type="checkbox"/>		R\$ -			
C	Adicional de insalubridade	<input type="checkbox"/>	Sim/Não	S	<input type="checkbox"/>	20%	R\$ 303,60			
D	Adicional noturno	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>					
F	Outros (especificar)									
G	Outros (especificar)									
TOTAL DA REMUNERAÇÃO								R\$ 1.952,18		

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.952,18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.580,72
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 123,81
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 57,80
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 75,73
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ 3.790,24
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 585,99
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.376,23
VALOR DIÁRIAS (30% MÓDULO 01)		R\$ 585,65
VALOR TOTAL POR EMPRAGADO MENSAL		R\$ 4.961,88

QUADRO DE RESUMO DO CUSTO DA DIÁRIA		
Valor diária (30% módulo 01)	Valor diária CCT 2025/2026	Quantidade estimada
R\$ 585,65	R\$ 150,00	3,90

5.4.4.12. Procedimento para Solicitação e Pagamento de Diárias

O setor de transporte, com o aval da coordenação, deverá encaminhar à contratada um e-mail contendo as seguintes informações:

- Nome do colaborador;

- Período do deslocamento;
- Valor total das diárias;
- Formulário de diárias devidamente preenchido.

Após o recebimento da solicitação, a contratada terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do deslocamento para efetuar o pagamento das diárias, garantindo que o colaborador não realize a viagem sem estar com os respectivos valores recebidos.-

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A garantia poderá ser prestada pelo contratado mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato. A garantia deverá ter validade durante toda a execução do contrato e permanecer em vigor por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, assegurando à Administração meios para exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais e a reparação de eventuais falhas na execução dos serviços.

Uniformes[A16]

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.6.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.6.1.2 02 (duas) calças na cor azul marinho,

5.6.1.3 02 (duas) camisas de mangas curtas,

5.6.1.4 01 (um) crachá

5.6.1.5. 01 (um) par de sapatos em couro na cor preta

5.7. [...] (....) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 20 (VINTE dias), após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.8. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.8.1. calças jeans na cor azul

5.8.2 camisas de mangas curtas gola redonda material algodão cor a critério da empresa

5.8.3. crachá de identificação com foto, material PVC, com descrição a SERVIÇO DA SAUDE INDIGENA- DSEI /ARJ com o nome do colaborador e função, logo da empresa, tamanho 8,6 x 5,5 cm.

5.8.4. sapatos em couro na cor preta Bota botina Segurança Ocupacional EPI-PVC cabedal em Couro Bico PVC e solado Bidensidade

5.9. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.1. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

a) Comunicação Prévia:

A contratante deverá comunicar à contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término contratual, sobre o encerramento ou não prorrogação do contrato, salvo em casos de rescisão imediata por descumprimento contratual.

b) Entrega de Relatórios Finais:

A contratada deverá apresentar relatórios consolidados das atividades executadas, contendo registros de jornadas de trabalho, deslocamentos realizados, ocorrências relevantes, e demais informações exigidas pela fiscalização.

c) Devolução de Bens e Materiais (se houver): Todos os bens, materiais ou equipamentos eventualmente cedidos pela contratante à contratada deverão ser devolvidos em perfeitas condições de uso, salvo desgaste natural pelo tempo de utilização.

d) Substituição Gradual de Equipes (se aplicável): Caso ocorra a substituição por nova contratada, deverá ser assegurada a transição gradual dos profissionais, com compartilhamento de informações essenciais à continuidade dos serviços.

e) Reunião de Encerramento: Será realizada reunião formal de encerramento entre a contratante e a contratada, com participação da fiscalização, para validação dos relatórios, avaliação da execução contratual e verificação do cumprimento das obrigações.

f) Quitação de Pendências: Antes da finalização contratual, deverá ser comprovada a quitação de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes do contrato, mediante apresentação de documentos comprobatórios.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **não necessitará manter preposto de forma permanente nas dependências do órgão contratante durante a execução dos serviços**, devendo, contudo, **designar formalmente um preposto**

responsável, o qual deverá **permanecer sediado no mesmo município da unidade do órgão contratante**, com disponibilidade para atendimento sempre que demandado, inclusive para resolução de ocorrências, acompanhamento da execução contratual e interlocução com a fiscalização.

6.7.1. A estrutura administrativa da Contratada contará com, no mínimo, um funcionário designado como preposto, responsável por atender os polos de sua região, solucionando eventuais demandas relacionadas aos profissionais disponibilizados, especialmente no que se refere ao controle de frequência, substituição e demais situações que exijam acompanhamento direto.

6.7.2. O preposto deverá estar permanentemente disponível durante a vigência contratual e comparecer ao local da execução dos serviços sempre que solicitado pela Administração, de modo a garantir a adequada comunicação e o pronto atendimento às demandas relacionadas à execução contratual.

6.7.3. O preposto deverá ser indicado formalmente no ato da assinatura do contrato, com a disponibilização de meios de contato atualizados (telefone e e-mail), garantindo comunicação imediata com a Administração.

6.7.4 Na hipótese de necessidade de deslocamento do preposto para participação em reuniões, diligências ou quaisquer tratativas relacionadas à execução contratual, ainda que em âmbito intramunicipal ou intermunicipal, **todas as despesas decorrentes, incluindo transporte, alimentação, hospedagem e demais custos, correrão exclusivamente às expensas da contratada**, não sendo devido qualquer tipo de ressarcimento por parte da Administração.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificação periódica da presença e pontualidade dos motoristas nos locais e horários designados, mediante controle de frequência e escala de trabalho;

6.16.2. Avaliação das condições de higiene, apresentação pessoal, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como da postura profissional dos motoristas durante o exercício de suas funções;

6.16.2.1A contratada deverá observar e garantir o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, de acordo com a legislação vigente, especialmente as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.16.2.2. Os motoristas deverão adotar condutas preventivas e medidas básicas de segurança e higiene pessoal durante a execução dos serviços, sendo de responsabilidade da contratada orientar seus empregados quanto às práticas seguras de direção e às condições adequadas de uso e conservação dos veículos.

6.16.2.3. A contratada deverá manter-se atenta às condições de trabalho e, quando necessário, adotar medidas corretivas para preservar a integridade física e a saúde dos colaboradores, sem que isso implique o fornecimento obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) não previstos na planilha de custos e formação de preços.

6.16.3. Acompanhamento das rotas e deslocamentos realizados, conferindo os registros com as ordens de serviço emitidas pela contratante;

6.16.4. Registro e análise de eventuais reclamações, acidentes ou ocorrências envolvendo os motoristas, com adoção das providências necessárias para apuração e correção;

6.16.5. Verificação do cumprimento da carga horária contratada, inclusive quanto à compensação de eventuais faltas, atrasos ou afastamentos;

6.16.6. Solicitação e verificação da documentação dos motoristas, como CNH válida e cursos obrigatórios atualizados;

6.16.7. Fiscalização da substituição imediata de profissionais, nos casos de ausência injustificada, inadequação às funções ou descumprimento contratual;

6.16.8. Emissão de relatórios periódicos de acompanhamento, a serem compartilhados com o gestor do contrato, para subsidiar tomadas de decisão e eventuais ações corretivas.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. Conferência e controle sistemático das notas fiscais apresentadas pela contratada, confrontando os valores com os serviços efetivamente prestados e os quantitativos contratados;

6.33.2. Acompanhamento da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante exigência de certidões atualizadas durante toda a vigência contratual;

6.33.3. Verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais relativas ao pagamento de salários, encargos sociais e benefícios aos profissionais alocados;

6.33.4. Controle e registro de todos os eventos administrativos do contrato, tais como termos aditivos, apostilamentos, substituições de profissionais e ocorrências formais;

6.33.5. Solicitação, quando necessário, de documentos comprobatórios adicionais para aferição da conformidade da execução contratual;

6.33.6. Acompanhamento do saldo contratual, empenhos e eventuais glosas, com registro em sistema próprio de controle;

6.33.7. Elaboração e encaminhamento de relatórios mensais de acompanhamento administrativo ao gestor do contrato, apontando eventuais não conformidades;

6.33.8. Comunicação tempestiva ao gestor do contrato sobre qualquer fato que possa comprometer a execução contratual, inclusive no tocante a garantias e prazos.

6.33.9. documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024[A7] .

6.33.9.1. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.9.2. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.9.3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.9.4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.9.5. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.39.9.5 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.36. A cada período de 12 meses[A8] de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.40. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.

6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.6.47.A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.52. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.55.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.55.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]

6.56 As compensações de jornada limitam-se:

6.56.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.56.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

- 6.57 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.58. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.59. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.60. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.61. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.62. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.
- 6.63. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:
- 6.63.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;
 - 6.63.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.64. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.
- 6.65. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.[A11]

Gestor do Contrato

6.66. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.66.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.66.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.66.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.66.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.66.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.66.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.69. receber e dar encaminhamento imediato:

6.69.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.69.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

6.70. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo X]

7.2 A medição e o pagamento ocorrerão mensalmente, mediante apresentação dos documentos comprobatórios da execução dos serviços e da regularidade trabalhista e fiscal da contratada, conforme previsto neste Termo de Referência e nas normas aplicáveis.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição[A4] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Cumprimento integral da jornada de trabalho pactuada, devidamente registrada e validada pela fiscalização técnica;

7.5.2. Realização das atividades previstas no escopo contratual, com qualidade, pontualidade e eficiência, conforme parâmetros mínimos estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

7.5.3. Disponibilidade e regularidade dos profissionais designados, conforme quantitativo, qualificação e perfil exigidos no contrato;

7.5.4. Atendimento às exigências legais e contratuais relativas à segurança, higiene e apresentação dos profissionais;

7.5.5. Apresentação tempestiva e correta da documentação comprobatória da execução dos serviços (relatórios mensais, registros de frequência, ordens de serviço, entre outros);

7.5.6. Atendimento a eventuais solicitações de correções ou ajustes pela contratante, dentro dos prazos estabelecidos;

7.5.7. Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante apresentação das certidões exigidas como condição para o pagamento.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (CINCO) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal correspondente aos serviços efetivamente prestados, conforme registros de frequência, relatórios operacionais e demais documentos comprobatórios, validados pelos fiscais técnico e administrativo.

- O faturamento mensal é a forma usual em contratos contínuos (vide art. 140, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- A exigência de comprovação da execução dos serviços está em conformidade com os princípios da eficiência e da boa administração;
- O uso de registros operacionais e relatórios é prática comum em contratos com mão de obra.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A7]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.39. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.39.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.39.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação[A17]

7.40. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.41. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A18] :

7.41.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.41.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.42. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.42.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.43. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja [A19] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula[A20] :

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A21] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento[A22] .

Cessão de Crédito[A28]

7.66. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.66.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.66.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.66.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.66.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.66. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A31]

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta[A32] -Depósito Vinculada

7.76. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.77. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.78. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.79. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.80. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.81. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.81.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.81.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.81.3. Multa sobre o FGTS; e

7.81.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.82. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.83. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.84. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.85. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.86. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.87. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.89. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.90. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.2.4.7.1. Consideram-se infrações específicas de inexecução parcial que justificam penalidade diversa:

- a) ausência injustificada de motorista escalado para o serviço;
- b) substituição de profissional sem prévia comunicação e autorização da Administração;
- c) atraso injustificado no início das atividades diárias;
- d) descumprimento dos horários ou rotas definidos pela fiscalização técnica;
- e) apresentação de veículo em condições inadequadas de segurança, limpeza ou conservação, quando de responsabilidade da contratada;
- f) recusa do motorista em cumprir determinações legítimas da fiscalização durante a execução dos serviços.

8.2.4.7.2. A gradação da penalidade compensatória observará os seguintes critérios:

I – multa de 1% (um por cento) do valor mensal da contratação, para infrações leves, tais como atrasos pontuais ou falhas sem impacto significativo na execução;

II – multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal da contratação, para infrações médias, que causem prejuízo à continuidade ou à qualidade dos serviços;

III – multa de 10% (dez por cento) do valor mensal da contratação, para infrações graves, que representem descumprimento relevante das obrigações contratuais ou comprometam a prestação do serviço.

8.2.4.7.3. A reincidência em infrações médias ou graves, dentro do mesmo exercício contratual, poderá ensejar a aplicação cumulativa de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, inclusive a rescisão contratual, a critério da Administração.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(DEZ) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO], sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO]

Regime de Execução[A2]

9.2. O regime de execução do objeto será o de **empreitada por preço unitário**, conforme dimensionamento estabelecido na planilha constante do item 1.1 deste Termo de Referência e na planilha de custos, considerando tratar-se de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra. O preço unitário por posto de trabalho abrangerá todos os custos diretos e indiretos necessários à fiel execução do contrato, incluindo salários, encargos sociais, benefícios, tributos, insumos, uniformes, equipamentos e demais despesas operacionais.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, **valores iguais ou superiores aos mínimos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria**, bem como à legislação trabalhista aplicável, vedada a apresentação de valores inferiores aos pisos normativos.

9.3.1 A estimativa de custos da contratação foi elaborada com base na Convenção Coletiva de Trabalho registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº **AC 000021/2025**, com data de registro em 28/04/2025, protocolo nº MR013221/2025.

CATEGORIA B

a) Salário-base e adicionais

O valor total da remuneração mensal do profissional é de R\$ 1.952,18 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos), composta por:

- Salário-base: R\$ 1.648,58 (mil seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos);
- Adicional de insalubridade: R\$ 303,60 (trezentos e três reais e sessenta centavos), correspondente a 20% sobre o salário-base, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria.
- CATEGORIA D

O valor total da remuneração mensal do profissional é de R\$ 2.307,82 (dois mil trezentos e sete reais e oitenta e dois centavos), composta por:

- Salário-base: R\$ 2004,22 (dois mil e quatro reais e vinte dois centavos)

- Adicional de insalubridade: R\$ 303,60 (trezentos e três reais e sessenta centavos), correspondente a 20% sobre o salário-base, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria.

b) Auxílio-alimentação

Será concedido auxílio-alimentação no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), com desconto de 10% sobre esse valor, independentemente da escala ou do horário de trabalho, por meio de cartão alimentação.

O valor do benefício será proporcionalmente descontado nos casos de faltas injustificadas, licenças médicas, férias, afastamentos previdenciários, licenças paternidade ou maternidade, observando-se o critério de divisão mensal por 30 (trinta) dias.

c) Adicional noturno

Será devido adicional noturno ao trabalhador que prestar serviços no período compreendido entre 22h00 (vinte e duas horas) e 05h00 (cinco horas) do dia seguinte. A duração da hora noturna será considerada de 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo único: O cálculo do valor da hora normal e do adicional noturno será obtido mediante a divisão do salário mensal por 220 (duzentas e vinte) horas. O valor estimado do adicional noturno é de R\$ 192,33 (cento e noventa e dois reais e trinta e três centavos). quantidade unitária sugerida para a categoria B noturno. Previsão de 6 (SEIS) colaboradores.

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

- I) Auxílio-alimentação/refeição – no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), conforme item “b”, com desconto de 10% do valor total, disponibilizado por meio de cartão alimentação;
- II) Seguro de vida em grupo – no valor mínimo de R\$ 14,00 (quatorze reais) mensais por trabalhador, conforme previsto na cláusula específica da Convenção Coletiva de Trabalho. O seguro deverá assegurar cobertura para morte natural, morte acidental e invalidez permanente (total ou parcial), atendendo aos critérios mínimos estabelecidos pelo sindicato laboral e pela legislação vigente.
- III) Incentivo cultural e cursos– benefício no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) mensais, destinado à promoção do acesso à cultura por meio de programas de incentivo previstos em acordos ou convenções coletivas de trabalho. O valor poderá ser disponibilizado em formato de vale-cultura, crédito em cartão específico ou outro meio definido pelo empregador, conforme regulamentação vigente.

Item	Categoria B	Categoria D	Observações
Salário-base	R\$ 1.648,58	R\$ 2.004,22	Conforme CCT vigente
Adicional de insalubridade (20%)	R\$ 303,60	R\$ 303,60	20% sobre o salário-base
Remuneração Total Mensal	R\$ 1.952,18	R\$ 2.307,82	Soma do salário-base + adicional de insalubridade
Auxílio-Alimentação (via cartão)	R\$ 330,00 (com desconto de 10%)	R\$ 330,00 (com desconto de 10%)	Benefício pago via cartão alimentação
Desconto Auxílio-Alimentação	R\$ 33,00	R\$ 33,00	10% de R\$ 330,00
Incentivo à Cultura	R\$ 5,00	R\$ 5,00	Benefício cultural mensal
Adicional Noturno (estimado)	R\$ 192,33 (para 6 colaboradores)	—	Aplica-se apenas à categoria B, conforme jornada

9.4. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

Exigências[A8] de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

- 9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]
- 9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis [do último exercício social] já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.25.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; [A17]

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante **anexo ao edital** deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos[A20] :

9.30.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.30.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica (A21)

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Prova de atendimento aos requisitos **LEGAIS**, previstos na lei **14.133**: [A23]

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (UM) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes:[A26]

9.41.1.2. Os atestados deverão comprovar a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, preferencialmente na área de transporte de pessoas ou serviços correlatos. Serão admitidos atestados de outras atividades operacionais, desde que comprovem gestão direta de pessoal em regime de dedicação exclusiva, com complexidade compatível à presente contratação.

9.41.1.3 (A27) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.[A28]

9.41.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.5. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. O fornecedor deverá possuir escritório físico em Cruzeiro do Sul - Acre, ou comprovar capacidade operacional e estrutura adequada para gerenciar e executar os serviços em todos os municípios contemplados, garantindo atendimento eficiente e cumprimento das obrigações contratuais. A comprovação deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional[A31]

9.45. Para início da execução contratual, a contratada deverá apresentar os profissionais necessários à execução dos serviços, observando os seguintes requisitos mínimos:

9.45.1. Para os motoristas categoria “B”:

- a) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, categoria “B”;
- b) Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano em condução de veículos compatíveis, por meio de CTPS, contratos, declarações ou outros documentos idôneos.

9.45.2. Para os motoristas categoria “D”:

- a) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, categoria “D”, em conformidade com a legislação vigente;
- b) Quando aplicável, certificado de curso especializado exigido pela legislação de trânsito vigente;
- c) Comprovação de experiência em condução de veículos compatíveis com a categoria exigida.

§1º

Será admitido o somatório de documentos para comprovação da experiência exigida.

§2º

A exigência visa assegurar a adequada execução dos serviços de transporte, garantindo segurança, continuidade e atendimento das necessidades operacionais do DSEI Alto Rio Juruá.

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração [A32] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.45.4 A contratada deverá manter quantitativo suficiente de profissionais habilitados para assegurar a continuidade da execução contratual, sem prejuízo da prestação dos serviços.

9.46. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.47. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A33]

Disposições gerais sobre habilitação

9.48. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.49. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.50. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.51. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.52. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

Justificativa das Exigências de Qualificação Contratação de Condutores de Veículos – DSEI/ARJ

9.55. Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e a necessidade de garantir a adequada execução contratual no âmbito da contratação emergencial de condutores de veículos para atendimento às demandas do DSEI Alto Rio Juruá, apresento, a seguir, as justificativas para as exigências de qualificação do fornecedor, as quais não deverão constar no Termo de Referência, mas sim neste despacho fundamentado.

9.55. 1. Qualificação Econômico-Financeira As exigências elencadas nos itens 9.28 a 9.37 visam assegurar que o fornecedor demonstre saúde financeira compatível com o objeto contratual, reduzindo o risco de inadimplemento ou paralisação dos serviços. A solicitação de certidões negativas, balanços patrimoniais, demonstrações contábeis e índices econômicos mínimos, além de declaração assinada por profissional contábil habilitado, confere confiabilidade e transparência às informações prestadas, alinhando-se às melhores práticas contábeis e à legislação vigente.

9.55.2. Qualificação Técnica A declaração prevista no item 9.38, referente ao conhecimento das condições locais e específicas da prestação dos serviços no território do DSEI/ARJ, é essencial para garantir que o contratado compreenda o contexto sociocultural, ambiental e logístico da região. Tal exigência fortalece a execução eficiente e adequada dos serviços, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

9.55.3. Qualificação Técnico-Operacional As exigências previstas nos itens 9.41 e 9.42, que tratam da experiência prévia do fornecedor, visam assegurar a expertise necessária para a execução do objeto, especialmente diante dos desafios impostos pela logística de atendimento às comunidades indígenas no interior do Acre. A aceitação de somatório de atestados comprobatórios permite maior flexibilidade sem comprometer a qualidade. A exigência de escritório ou preposto em Cruzeiro do Sul/AC assegura melhor comunicação e acompanhamento pela Administração. 9.55. 4. Qualificação Técnico-Profissional A exigência de CNH válida e documentação comprobatória da experiência dos motoristas visa garantir segurança e conformidade legal na execução dos serviços. Embora cursos especializados previstos na Resolução CONTRAN nº 789/2020 não sejam exigidos de forma irrestrita, a comprovação formal de experiência, por meio de CTPS, contratos ou declarações, é necessária para atestar a capacitação técnica mínima dos profissionais. Essa medida evita restrições desnecessárias à competitividade, respeitando os princípios da razoabilidade e da ampla participação.

9.56. Dessa forma, as exigências ora justificadas atendem aos princípios da legalidade, eficiência, segurança jurídica e interesse público, sendo imprescindíveis para assegurar a adequada execução da contratação emergencial em pauta.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,[A2] é de R\$ **2.305.673,76 (dois milhões trezentos e cinco mil seiscentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos)** , conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima]:

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas-

12.2.De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Todas informações relacionadas ao Termo de Referência e outros documentos relacionadas ao processo em questão, estarão disponibilizados nos sites eletrônicos: <http://www.comprasnet.gov.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

13.1 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.2. Justificativa para não aplicação do Anexo I – Instrumento Substitutivo ao Contrato Considerando que o valor estimado para a contratação do serviço de motorista com dedicação exclusiva não e de pequeno valor, e que já se encontra formalizado contrato administrativo no processo, não se aplica o disposto no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tampouco a Orientação Normativa SEGES/MGI nº 84/2023, uma vez que tais dispositivos são restritos às contratações de pequeno valor e que prescindam de contrato formal. Assim, o Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato não será incluído neste Termo de Referência.

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas:~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração:~~

~~1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;~~

~~1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]~~

~~OU~~

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4], atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

~~OU~~

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A6].~~

~~3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]~~

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]~~

~~3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**. [A9]~~

~~3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A10]~~

~~3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.~~

~~3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.~~

~~3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~

~~3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~

~~3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~

~~3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~

~~3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e~~

~~3.1.15.5. . certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~

~~3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.~~

~~3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.~~

~~3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.~~

~~4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.~~

~~4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.~~

~~4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:~~

~~4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]~~

~~4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;~~

~~4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.~~

~~4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;~~

~~4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~

~~4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;~~

~~4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~

~~4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;~~

~~4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]~~

~~4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;~~

~~4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~4.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A15].~~

~~4.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~4.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]~~

~~4.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

~~4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.~~

~~4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.~~

~~4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.~~

~~4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.~~

~~4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.~~

~~4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.~~

~~4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.~~

~~4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.~~

~~4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.~~

~~4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]~~

~~4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.~~

~~4.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

~~4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.~~

~~4.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:~~

~~4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.1.44.3. florestas plantadas; e~~

~~4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.~~

~~4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:~~

~~4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;~~

~~4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;~~

~~4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e~~

~~4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.~~

~~4.1.16. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:~~

~~4.1.17. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.~~

~~4.1.18. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:~~

~~4.1.18.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.~~

~~4.1.18.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.~~

~~4.1.18.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.18.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.49 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.~~

~~4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o~~

~~Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.~~

~~4.1. 51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:~~

~~4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.~~

~~4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.~~

~~4.1.52.. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.~~

~~4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.~~

~~4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.~~

~~4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).~~

~~4.1.56..Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:~~

~~4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A18]~~

~~4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.~~

~~4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico~~

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]

~~6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]~~

~~6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

~~OU~~

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~6.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~6.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[A24]~~

~~6.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A25]~~

~~OU~~

~~6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A26] contraentes.~~

~~6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~6.10.3. Indenizações e multas.~~

~~6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~7. DOS CASOS OMISSOS~~

~~7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]~~

8. ALTERAÇÕES

- ~~8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~
- ~~8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).~~
- ~~8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]~~
- ~~8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~
- ~~8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

9. FORO

- ~~9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS ANTONIO ALVES SIQUEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 11:31:53.

PAULO ROBERTO RODRIGUES DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 11:23:54.

Despacho: APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA 77/2025, CONDUTOR DE VEICULOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

RUY BARBOSA DE MOURA FILHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 13:08:42.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

Estudo Técnico Preliminar 16/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25032.000482/2025-18

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem por objetivo atender à demanda contínua e essencial do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Juruá (DSEI/ARJ), vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS), no que se refere à prestação de serviços de condução de veículos oficiais, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao suporte logístico das ações de atenção à saúde indígena nas áreas de abrangência do DSEI.

2.2. O DSEI/ARJ atua em regiões geograficamente extensas e de difícil acesso, caracterizadas por comunidades indígenas dispersas em áreas remotas, muitas vezes acessíveis apenas por vias terrestres precárias. Nessa realidade, a disponibilidade contínua de motoristas capacitados e devidamente alocados torna-se condição indispensável para garantir o funcionamento regular das unidades de saúde, o deslocamento das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), o transporte de insumos e medicamentos, bem como a remoção de pacientes em situações de urgência e emergência.

2.3. A contratação ora proposta visa assegurar a prestação ininterrupta e eficiente do serviço público de saúde indígena, minimizando riscos à continuidade do atendimento e promovendo a proteção à saúde das populações indígenas sob responsabilidade do DSEI/ARJ, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, continuidade e universalidade dos serviços públicos.

2.4. O atendimento tempestivo da demanda trará impactos positivos significativos, destacando-se: a manutenção da regularidade e previsibilidade das ações assistenciais; a ampliação da cobertura de saúde; a mitigação de riscos operacionais; e o fortalecimento da logística de suporte aos profissionais em campo. A disponibilidade de condutores vinculados exclusivamente às atividades do DSEI permitirá maior segurança nos deslocamentos, racionalização de recursos, economia operacional e, sobretudo, contribuirá para a preservação da vida e da saúde das populações atendidas, em conformidade com os princípios da equidade, universalidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.5. Ademais, o modelo de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra justifica-se pela necessidade de gestão direta da força de trabalho alocada, possibilitando o acompanhamento da assiduidade, do cumprimento de escalas e das substituições, garantindo maior controle e qualidade na prestação do serviço. Tal modelo está em consonância com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017 e da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam a contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública.

2.6. Destaca-se, ainda, que o presente processo tem como finalidade substituir a contratação emergencial atualmente em vigor, uma vez que, nos termos da legislação vigente (art. 75, §7º da Lei nº 14.133/2021), a duração de contratos emergenciais é limitada a até 1 (um) ano, não sendo admitida sua prorrogação. Assim, a instauração do presente certame mostra-se imprescindível para garantir a continuidade dos serviços sem interrupções e dentro da legalidade.

2.7. Por fim, diante do relevante interesse público envolvido, a contratação justifica-se plenamente como medida de gestão responsável e necessária, especialmente por atender comunidades em condição de vulnerabilidade, conforme estabelece a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A ausência de motoristas comprometeria diretamente a execução das atribuições constitucionais do Estado quanto ao direito fundamental à saúde. Portanto, a adoção da presente medida não apenas assegura o cumprimento da missão institucional do DSEI Alto Rio Juruá, como também representa ação estratégica para a continuidade da assistência, a valorização da dignidade humana e a proteção de um dos segmentos mais sensíveis da população brasileira.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPAT/ARJ	Marcos Antônio Alves Siqueira
DIASI/ARJ	Ruy Barbosa de Moura Filho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Necessários ao Atendimento das Necessidades

4.1.1. Os requisitos indispensáveis ao pleno atendimento da demanda do objeto desta contratação foram mensurados com base na experiência adquirida em contratos anteriores e estão elencados a seguir:

4.1.1.1. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, em conformidade com as normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho.

4.1.1.2. A execução dos serviços será diária, obedecendo aos horários definidos pela conveniência administrativa do DSEI/ARJ, em consonância com a legislação trabalhista e com a convenção coletiva da categoria, quando aplicável.

4.1.1.3. Os horários poderão ser ajustados conforme a necessidade do órgão, respeitando os intervalos e intrajornada, desde que não haja acréscimos indevidos à jornada de trabalho.

4.1.1.4. Trata-se de serviço contínuo, essencial para o atendimento da necessidade pública de forma permanente, garantindo a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.

4.1.1.5. A contratação possui natureza continuada, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, assegurando a regularidade das atividades da instituição.

4.1.1.6. A natureza do objeto é comum, conforme Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, com padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente no edital.

4.1.1.7. É vedada a formação de vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, evitando-se qualquer forma de pessoalidade ou subordinação direta.

4.1.1.8. A contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e qualificação econômico-financeira e técnica.

4.1.1.9. A empresa contratada deve dispor de mão de obra especializada, obedecer aos padrões de segurança e cumprir as legislações vigentes.

4.2. Requisitos Técnicos, Operacionais, Administrativos e Legais

4.2.1. Requisitos Técnicos:

- CNH exigida:
 - Categoria B: 29 motoristas (estimativa);
 - Categoria D: 7 motoristas (estimativa);
- Conhecimento geográfico das rotas e acessos às comunidades indígenas do DSEI/ARJ;
- Experiência mínima de 1 ano comprovada em transporte terrestre;
- CBOs aplicáveis:
 - 782310: Motorista de carro de passeio;
 - 782510: Motorista de caminhão leve;
 - 782315: Motorista de ônibus urbano (se aplicável);
- Capacitação técnica em conformidade com o Caderno de Logística de Serviços Terceirizados.

4.2.2. Requisitos Operacionais:

- Localidades atendidas: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter, Tarauacá, Feijó, Marechal Thaumaturgo, Jordão e CASAI;
- Efetivo estimado: 36 motoristas (29 CNH B e 7 CNH D);
- Escalas: plantões ininterruptos, incluindo finais de semana e feriados;
- Substituições imediatas com equipe de reserva técnica;
- Comunicação eficaz: rádio, celular ou aplicativo.

4.2.3. Requisitos Administrativos:

- Idade mínima: 18 anos;
- Escolaridade mínima: Ensino Fundamental completo;
- Controle de frequência: sistema eletrônico ou manual com relatórios mensais;
- Supervisão: submetida à fiscalização administrativa e técnica do DSEI/ARJ.

4.2.4. Requisitos Legais e Trabalhistas:

- Comprovação mensal de encargos trabalhistas e previdenciários;
- Cumprimento da CCT:
 - Vale-alimentação/refeição;
 - Adicional de insalubridade (conforme laudo);
 - Diárias de deslocamento;
- A contratada será responsável por apresentar, em sua planilha de custos, o valor correspondente ao adicional de insalubridade da categoria profissional, conforme previsto na convenção coletiva vigente, devidamente fundamentado em laudo técnico;
- Responsabilidade integral da contratada pelos encargos;
- Fornecimento de uniformes e EPIs sem custos aos trabalhadores.

4.2.5. Da Atividade dos Condutores em Conformidade ao Caderno de logística e Transporte :

- Operar veículos com segurança e responsabilidade;
- Realizar verificações diárias do veículo;
- Zelar pela conservação e limpeza;
- Transportar usuários conforme normas de trânsito;
- Controlar abastecimento e quilometragem.

4.3. Vigência Contratual:

- Vigência inicial de 12 meses, prorrogável até 120 meses, conforme Art. 107, III da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Subcontratação:

- Vedada a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da Contratação:

- Modalidades previstas no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021:
 - Caução em dinheiro;
 - Seguro-garantia;
 - Fiança bancária.

4.6. Percentual da Garantia:

- Sugerido até 5% do valor global do contrato;
- Possibilidade de ampliação até 10%, conforme risco técnico (Art. 98 da Lei nº 14.133/2021).

4.7. Definição no Termo de Referência:

- Detalhamento da exigência de garantia será feito no Anexo I, com indicação de modalidade, percentual e justificativa técnica.

Considerações Complementares:

- O serviço possui natureza contínua e essencial à atividade institucional, conforme Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021;
- Objeto comum com padrões definidos pelo mercado;
- Ausência de vínculo empregatício entre contratante e trabalhadores da contratada;
- Qualificação da empresa:
 - Experiência mínima de 1 ano em contratação de mão de motorista
 - , conforme IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
 - Execução diária com jornada de 44h semanais, nos termos do Decreto 2.596/1998 e da Lei nº 9.537/1997;
 - Equipe compatível, especializada e treinada.

Sustentabilidade:

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a presente contratação deverá observar os seguintes requisitos, em conformidade com o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#), instituído pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010, e com o [Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde \(PLS/MS\)](#):

4.8.1. Eficiência no uso de recursos naturais e energéticos:

A contratada deverá incentivar práticas sustentáveis no desempenho das atividades dos motoristas, como a adoção de técnicas de condução econômica e o cumprimento de escalas de trabalho que evitem deslocamentos desnecessários, contribuindo para a redução do consumo de combustíveis e emissões. Caso haja estrutura de apoio administrativo da contratada, espera-se que haja uso consciente de energia elétrica e água.

4.8.2. Redução da geração de resíduos:

Deverá ser priorizada, sempre que possível, a utilização de materiais e insumos recicláveis ou de menor impacto ambiental nas atividades de apoio aos profissionais contratados, como o uso de copos reutilizáveis, redução de impressões desnecessárias e descarte correto de resíduos gerados durante o expediente.

4.8.3. Responsabilidade social:

A contratada deverá comprovar o compromisso com princípios de responsabilidade social, mediante o respeito à legislação trabalhista e previdenciária, bem como ações afirmativas, como a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social (ex: egressos do sistema prisional, jovens aprendizes, pessoas com deficiência).

4.8.4. Formação e capacitação contínua:

A empresa contratada deverá assegurar a capacitação periódica dos motoristas em temas como direção defensiva, condução econômica, primeiros socorros e respeito à diversidade cultural, com ênfase na valorização das comunidades indígenas, quando houver atuação nessas áreas.

4.8.5. Compromisso com a governança ambiental institucional:

Espera-se que a empresa demonstre comprometimento com práticas de governança ambiental alinhadas aos objetivos do Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (PLS/MS), apresentando, sempre que viável, indicadores ou metas internas de sustentabilidade aplicáveis à sua estrutura administrativa.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade Conforme Requisitos da Contratação

5.1.1. Escolha da Solução Tecnológica

Dada a natureza da contratação — mão de obra para condução de veículos com dedicação exclusiva —, a análise das soluções tecnológicas deve considerar os diferentes **modelos de fornecimento de serviços de transporte** por condutores terceirizados, com foco em desempenho, sustentabilidade e aderência às diretrizes normativas. Considerando as diretrizes da contratação, as alternativas são:

5.1.1.1. Solução Tecnológica 1 – Contratação Direta de Mão de Obra com Dedicação Exclusiva por Empresa Especializada

Viabilidade: Alta

Vantagens:

- Garante a alocação de condutores profissionais em tempo integral, com maior previsibilidade operacional;
- Facilita o cumprimento das exigências trabalhistas e de segurança, pois a responsabilidade recai sobre a contratada;
- Permite maior controle sobre as escalas, roteiros e logística, o que é essencial no contexto das rotas indígenas;
- Atende integralmente os requisitos ambientais e de sustentabilidade (manutenção, condução defensiva, controle de poluentes, etc.);
- Alinhada com a vedação de subcontratação e exigências legais específicas.

Desvantagens:

- Custo operacional elevado comparado a soluções compartilhadas;
- Alta dependência contratual, o que exige monitoramento eficaz por parte da Administração.

5.1.1.2. Solução Tecnológica 2 – Contratação de Frota Terceirizada com Condutores Inclusos (Modelo Turnkey)

Viabilidade: Parcial

Vantagens:

- Transferência de toda a responsabilidade logística para a empresa contratada (veículos + motoristas);
- Redução de obrigações administrativas do contratante com manutenção de frota;
- Possível padronização e rastreabilidade da operação com sistemas embarcados.

Desvantagens:

- Não atende plenamente à exigência de uso de veículos do órgão (caso exista frota própria), podendo gerar conflito contratual;
- Risco de incompatibilidade com rotas específicas de difícil acesso, como estradas vicinais e aldeias isoladas;
- Dificuldade de fiscalização da atuação dos condutores em áreas remotas;
- Pode inviabilizar o controle de práticas sustentáveis específicas exigidas nos requisitos.

5.1.1.3. Solução Tecnológica 3 – Banco de Horas ou Locação Eventual de Condutores via Cooperativas ou MEIs

Viabilidade: Baixa

Vantagens:

- Flexibilidade e custo variável com a demanda;
- Rapidez na contratação em situações pontuais.

Desvantagens:

- Totalmente incompatível com a exigência de dedicação exclusiva e continuidade dos serviços;
- Não atende às exigências de sustentabilidade, segurança do trabalho e garantias contratuais;
- Risco elevado de precarização do trabalho e judicialização por vínculos trabalhistas;
- Não permite planejamento logístico estratégico nem controle operacional adequado.

Conclusão da Escolha da Solução Tecnológica

Dentre as alternativas, a **Solução Tecnológica 1 – Contratação Direta de Mão de Obra com Dedicação Exclusiva** se mostra a **mais adequada, segura e sustentável** para a realidade do DSEI Alto Rio Juruá. Essa escolha garante **previsibilidade, segurança, respeito às normas trabalhistas e ambientais**, e está totalmente **alinhada à Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. As demais opções não atendem, de forma integral, os requisitos técnicos, legais e operacionais do serviço.

5.1.2. Escolha da Solução de Execução

5.1.2.1. Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios do MS

Inviável. O Ministério da Saúde (MS) não dispõe de estrutura técnica, recursos humanos capacitados ou financeiros disponíveis para executar diretamente o serviço de condução. Além disso, não há lotação ou previsão orçamentária para contratação direta de motoristas pelo DSEI. Trata-se, portanto, de um serviço que **deve ser terceirizado**, conforme os princípios da economicidade e eficiência.

5.1.2.1.1 Verificação da impossibilidade de execução direta

5.1.2.1.2 Após consulta ao quadro ativo de servidores do DSEI Alto Rio Juruá (lista atualizada em dezembro/2025), verifica-se **que não existe cargo ou função de Motorista** no quadro permanente, nem em funções gratificadas ou cargos em comissão.

5.1.2.1.3 Relação nominal dos servidores do DSEI/ARJ

5.1.2.1.4 Conforme dados fornecidos pela Coordenação do DSEI/ARJ seguei os servidores do quadro permanente:

5.1.2.1.5 Guarda de Endemias:

Nome	SIAPE
Adelson Ribeiro de Moura	0518135
Anísio Barbosa de Oliveira	0518103
Jaime Chaves Correia Neto	0518088
José Bezerra de Matos	1085017
José Maria Marçal da Silva	1085569
Marcos Antônio Alves Siqueira	0518132
Maurílio Bonfim de Melo	0515512
Raimundo Batista Rufino	1084397
Rosimiro Santos de Araújo	0518134
Paulo Roberto Rodrigues da Silva	0518127

5.1.2.1.6 Agente de Saúde Pública:

Nome	SIAPE
Francisco Manoel Amorim de Souza	0512369

Mariazinha Luiza Yawanawa	0446383
Paulo Jorge Torquato de Farias	0512329
Raimundo Nonato Gaspar	0512376/chefe SESANI
Ruy Barbosa de Moura Filho	0512377/Chefe DIASI

5.1.2.1.7 Demais cargos

Nome	SIAPE
Áquila Taysa Albuquerque e Silva	3002979/Administradora – Chefe SELOG
Francisco Ferreira Júnior	3006408/(Contador – Chefe SEOFI)
Isaac da Silva Piyãko	(Coordenador Distrital)

5.1.2.1.8 Diante da inexistência de cargo ou função de motorista no quadro do DSEI/ARJ, **é inviável a execução direta** do objeto da contratação, uma vez que não há servidores com atribuições legais compatíveis.

ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

5.1.2.1.9 Em atendimento ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foram analisadas três alternativas:

a) Execução direta

Inviável pela inexistência de cargo Motorista no quadro permanente.

b) Contratação temporária (Lei 8.745/1993)

Não se aplica, por não haver previsão de contratação temporária para serviços contínuos e permanentes.

c) Terceirização – dedicação exclusiva

Alternativa mais adequada diante da natureza contínua do serviço, da necessidade de cobertura de jornadas e escalas e da responsabilidade da contratada pela gestão da equipe.

Conclusão: A terceirização é a alternativa **mais eficiente, economicamente viável e juridicamente adequada**.

5.1.2.2. Contratação de Empresa Especializada

Altamente recomendável. A terceirização do serviço de condutores profissionais com dedicação exclusiva é a forma mais adequada para garantir:

- Regularidade e continuidade dos serviços assistenciais;
- Conformidade com normas trabalhistas e ambientais;
- Rapidez na execução e menor risco de paralisação;
- Atendimento aos princípios da nova Lei de Licitações (art. 11, I e art. 20, I da Lei nº 14.133/21).

5.1.3. Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

5.1.3.1. Possibilidade de Participação em IRP de outro órgão ou entidade



Conforme verificado no SIASGnet (consultas realizadas em 29/04/2025), foi identificada uma **Intenção de Registro de Preços (IRP)** aberta sob o nº 158153000014/2025, com objeto relacionado à **prestação de serviços de motorista**. A IRP é gerenciada pelo IFG – Instituto Federal de Goiás, com características gerais de contratação de motoristas para atuação em suas unidades.

Entretanto, a **realidade operacional do DSEI Alto Rio Juruá** apresenta **especificidades logísticas, geográficas e culturais** que tornam inviável a adesão a essa IRP. Destacam-se os seguintes pontos:

- A atuação em **áreas remotas e aldeias indígenas** exige motoristas treinados para esse contexto e conhecimento da malha viária local, o que não é contemplado na IRP identificada;
- A **dedicação exclusiva e a continuidade do serviço** são fundamentais, não sendo plenamente garantidos em uma contratação por adesão a IRP de outra localidade;
- O tempo necessário para análise, manifestação de interesse, aceite da UASG gerenciadora, adesão formal e contratação poderia comprometer a continuidade dos serviços essenciais no território indígena.

Assim, apesar da existência de IRP aberta com objeto similar, a **urgência da demanda**, somada às **incompatibilidades técnicas e geográficas**, inviabiliza a adesão a essa modalidade neste momento.

SIASGnet IRP

 Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais	Intenção de Registro de Preço IRP	
Gestor de Compras	IRP	Manifestar Interesse Analisar IRP Quadro de IRP

Ambiente: PRODUÇÃO **Quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço** 29/04/2025 13:38:44

*** Filtros da Consulta**

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

* Parâmetro

Aberta

Análise/Negociação

Confirmação

Encerrada

Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora
☐ UF - UASG Gerenciadora
☐ Material de Interesse
☒ Serviço de Interesse

* Parâmetro

Consultar

Pesquisar

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Órgão da UASG Gerenciadora ▾	UASG Gerenciadora ▾	N° da IRP	Objeto	Total de Itens	Total de Manifestações	Situação da IRP
26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS	158153 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS	158153 - 00001/2025	Licitação SRP. Contratação de serviços de Motorista , incluindo pagamento de diárias para todas as unidades do IFG.	45	0	Aberta
39252 - DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	393016 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ	393016 - 00001/2025	Contratação de serviços de apoio administrativo (Auxiliar administrativo III e Assistente administrativo II), limpeza e conservação e copeiragem com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos sob demanda, Secretária, Recepção, vigilância armada noturna e vigia diurna, e motoristas para a Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará e suas Unidades Locais, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	11	0	Aberta

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

5.1.3.2. Possibilidade de Adesão a ARP de outro órgão ou entidade

A busca realizada no módulo de fornecimento do SIASGnet (29/04/2025) para o item "Prestação de Serviços de Motorista" (código 15008), não retornou **nenhuma Ata vigente disponível para adesão**. Reforça-se, ainda, que mesmo que houvesse ARP disponível,

seria necessária **compatibilidade total com o objeto** e com as **condições de execução**, o que é improvável, dada a singularidade da operação do DSEI.

29/04/2025, 11:30

SIASGnet-ATASRP - Pesquisar Fornecimento

SIASGnet

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

ATA SRP

Início

Consultas

Adesão

Gestão

Apoio

Adesão

Pesquisar Fornecimento

29/04/2025 13:34:47

A pesquisa realizada com os critérios informados não retornou nenhum registro.

Fornecedor

Tipo do Fornecedor

CPF/CNPJ

Selezione

Item Solicitado

Tipo do Item

Código do Item

Descrição do Item

Serviço

15008

Prestação de Serviços de Motorista

Descrição Detalhada

Considerar também

Licitações revogadas/anuladas, itens cancelados e atas não vigentes/sem vigência.

Pesquisar

Limpar

Soluções

RESFRO

5.1.3.3. Enquadramento nas possibilidades de Contratação Direta

5.1.3.3.1. Inexigibilidade de Licitação

A hipótese de **inexigibilidade**, conforme o **art. 74 da Lei nº 14.133/2021**, aplica-se a situações em que há inviabilidade de competição, como fornecimento exclusivo, profissional de notória especialização ou outras condições específicas. O serviço de condução de veículos, por sua natureza, **não se enquadra nessas hipóteses**, dado que há ampla oferta no mercado e possibilidade de competição.

5.1.3.3.2. Dispensa de Licitação por Emergência (Art. 75, VIII)

Embora a prestação de serviços de transporte seja essencial para a logística e assistência à saúde das comunidades indígenas, **não há configuração de emergência ou calamidade pública** que justifique a dispensa de licitação. A demanda é **conhecida, previsível e contínua**, e pode ser adequadamente atendida por meio de **procedimento licitatório regular**, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

5.1.3.4. Realização de Licitação

A **realização de procedimento licitatório regular**, na modalidade **Pregão Eletrônico**, se mostra **a forma mais adequada, legal e vantajosa** para atender à necessidade da Administração. A licitação permitirá:

- Ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa;
- Regularidade e continuidade dos serviços de transporte;
- Atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da **planificação, isonomia e eficiência**;
- Contratação de empresa especializada, com responsabilidade plena pelas obrigações trabalhistas e operacionais.

5.2. Conclusão da Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

5.2.1. Diante da inexistência de ARP aderente, da inviabilidade de adesão à IRP vigente e da ausência de justificativa para contratação direta, Considerando a natureza da contratação de serviços com **dedicação exclusiva de mão de obra para motoristas**, verifica-se que a demanda requer **vínculo contínuo dos profissionais com a Administração**, alocação fixa de postos de trabalho e **necessidade de gestão direta e fiscalização intensiva do contrato**.

5.2.1.1. Diante dessas características, **não se recomenda a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, uma vez que esse instrumento é mais adequado a situações em que há **incerteza quanto à demanda futura, possibilidade de contratações fracionadas ou adesões por outros órgãos**, o que não se coaduna com o objeto em análise.

5.2.1.2. Assim, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, e considerando a rotina operacional e a previsibilidade dos serviços prestados, a **modalidade adequada será o Pregão Eletrônico**, em sua forma **tradicional**, com licitação voltada à **contratação direta e imediata**, assegurando economicidade, eficiência e continuidade dos serviços essenciais ao órgão.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da Solução como um Todo

A presente contratação tem por objeto a **prestação de serviços continuados de condução de veículos oficiais**, com **dedicação exclusiva de mão de obra**, visando atender às demandas operacionais do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Juruá. A solução visa assegurar a **logística permanente de transporte de profissionais de saúde, insumos, vacinas, equipamentos e pacientes** em áreas remotas e de difícil acesso, com foco nas comunidades indígenas localizadas em seu território de atuação.

6.1. Características Gerais da Solução

A contratação ora proposta contempla os seguintes elementos essenciais:

- **Serviço continuado**, executado de forma ininterrupta, de segunda a domingo, incluindo feriados, conforme escala pré-definida;
- **Mão de obra com dedicação exclusiva**, ou seja, trabalhadores contratados permanecerão exclusivamente à disposição do órgão, não podendo ser compartilhados com outros contratos;
- Profissionais habilitados e capacitados, com **CNH compatível com os veículos utilizados**, experiência em rotas de difícil acesso e conhecimento das diretrizes de condução defensiva e respeito às normas do SUS;
- Utilização de **veículos oficiais da unidade**, sendo de responsabilidade da empresa contratada apenas a disponibilização de motoristas e o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes;
- Prestação de serviços alinhada à **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**, respeitando os princípios de integralidade, universalidade, equidade e humanização no acesso à saúde.

6.2. Justificativa da Solução

A solução adotada foi precedida de análise técnica e de mercado, que demonstrou:

- A **inviabilidade de execução por meios próprios** da Administração, diante da ausência de quadro efetivo de motoristas e limitações orçamentárias e legais para contratação direta de pessoal;
- A **inadequação de soluções emergenciais ou eventuais** (como banco de horas ou contratação por MEIs), dada a necessidade de continuidade, regularidade, previsibilidade e segurança jurídica;
- A **existência de ampla oferta no mercado**, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa via licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Tradicional**, em consonância com os princípios da legalidade, isonomia e economicidade;
- A **inviabilidade de adesão a Atas de Registro de Preços vigentes**, em razão da especificidade geográfica, da exigência de dedicação exclusiva e da ausência de compatibilidade técnica e territorial;
- A **inviabilidade de participação em IRPs abertas**, por não atenderem às peculiaridades locais nem aos prazos necessários para continuidade dos serviços.

6.2.1. Dessa forma, a solução proposta visa **atender à necessidade pública com qualidade, regularidade e eficiência**, em conformidade com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), especialmente os arts. 11, 18, 19, 20 e 28.

6.3. Vigência do Contrato

Considerando que a presente contratação se refere a um **serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra**, a vigência contratual será de **12 (doze) meses**, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, **até o limite de 120 (cento e vinte) meses**, conforme **autorizado pelo art. 107, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

6.3.1 Essa previsão está alinhada com a natureza continuada do serviço, garantindo:

- **Segurança jurídica e previsibilidade orçamentária** à Administração;
- **Eficiência contratual**, ao evitar descontinuidade, retrabalho e custos com novos processos licitatórios frequentes;
- **Melhoria na gestão e fiscalização contratual**, com foco em resultados de longo prazo e maior maturidade na relação contratual.

6.3.2. A prorrogação dependerá, a cada período:

- De **justificativa técnica e econômica** da autoridade competente;
- Do **interesse público** devidamente motivado;
- Da **regularidade da execução contratual**;
- E da **existência de dotação orçamentária suficiente** para fazer frente às obrigações assumidas.

6.3.3. Essa estratégia visa garantir a **continuidade dos serviços públicos essenciais**, notadamente aqueles voltados à **logística de transporte em saúde indígena**, evitando riscos operacionais e jurídicos que possam comprometer o atendimento à população.

6.4. Resultados Esperados

Com a implementação desta solução, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Continuidade ininterrupta do serviço de transporte de saúde indígena**, sem risco de desassistência;
- **Redução de riscos operacionais e jurídicos**, com alocação de motoristas regulares, em escala, com jornada e direitos trabalhistas assegurados;
- **Melhoria da logística de transporte nas áreas indígenas**, promovendo maior agilidade no deslocamento de equipes e insumos;
- **Maior controle por parte da Administração**, com escalas, frequência, relatórios e acompanhamento técnico por fiscais designados;
- **Eficiência administrativa**, por meio de terceirização especializada, com foco no resultado e no interesse público.

6.5. Análise de Viabilidade e Alinhamento Orçamentário

6.5.1. Análise de Viabilidade Econômica e Alinhamento Orçamentário

A viabilidade econômica da contratação está plenamente estabelecida, conforme as seguintes premissas:

- **Dotação Orçamentária Disponível:** A contratação possui a respectiva dotação orçamentária já **aprovada e reservada** no Plano de Ação (ou rubrica) do DSEI Alto Rio Juruá, assegurando a cobertura dos custos previstos.
- **Aprovação no PNCP:** O Documento de Formalização da Demanda (DFD) referente a esta contratação foi **aprovado e publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, confirmando o alinhamento e a necessidade estratégica do serviço de motoristas no planejamento anual do órgão.
- **Adequação de Preços:** A etapa de Análise de Preços demonstrou que o valor estimado para os serviços está **compatível com o mercado**, garantindo a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- **Menor Custo Global na Terceirização:** A opção pela terceirização dos serviços de mão de obra com dedicação exclusiva (Solução Tecnológica 1) representa o **menor custo global** para o DSEI. Isso se deve ao

fato de que os custos inerentes à gestão de pessoal – como encargos sociais, trabalhistas, férias, substituições de condutores em caso de faltas ou licenças, cobertura de turnos e a gestão administrativa da equipe – são transferidos integralmente para a empresa contratada.

6.5.2. Fluxo de Encaminhamento Orçamentário

Apesar de o DFD e a dotação estarem aprovados no âmbito do DSEI, o processo será encaminhado à **Secretaria de Saúde Indígena (SESAI)**, órgão central de planejamento e execução orçamentária do subsistema, para a **disponibilização final e descentralização do crédito orçamentário** na rubrica específica. Este procedimento visa garantir a correta alocação e o empenho da despesa, seguindo o fluxo hierárquico e normativo da Administração Pública Federal para a contratação.

6.6. Conclusão

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de condução de veículos, com dedicação exclusiva de mão de obra, configura-se como **a solução mais eficiente, sustentável e juridicamente adequada** para garantir o pleno funcionamento das atividades assistenciais do DSEI Alto Rio Juruá. Esta solução atende às exigências legais, operacionais e estratégicas da Administração Pública e assegura o respeito aos direitos das populações indígenas e aos preceitos constitucionais de proteção à saúde.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade de motoristas a serem contratados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Juruá baseia-se em uma análise técnica da demanda operacional vinculada às atividades assistenciais e administrativas do subsistema de atenção à saúde indígena. Tal estimativa é essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados às comunidades indígenas, considerando as particularidades logísticas e territoriais da região amazônica.

7.2. Para definição do quantitativo necessário, adotou-se como metodologia a correlação entre dois principais fatores: a quantidade de unidades de atendimento sob a responsabilidade do DSEI e o tipo de veículo alocado para cada função específica. Foram consideradas, nesse processo, as estruturas fixas (como sede do DSEI, polos-base, Casas de Apoio à Saúde Indígena – CASAI e unidades volantes), bem como a frota de veículos disponíveis por meio de contrato de locação, classificados conforme sua finalidade: transporte administrativo, transporte de pacientes, suporte logístico e apoio às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI). Os locais são: sede do DSEI-ARJ - Cruzeiro do Sul/AC; Polos base dos municípios de Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Feijó, Jordão e Mâncio Lima; e CASAI no município de Mâncio Lima.

7.3. Cada unidade de atendimento possui demanda constante por deslocamentos diversos, seja para transporte de equipes de saúde, distribuição de medicamentos e insumos, realização de atendimentos domiciliares ou condução de pacientes a centros de referência. A quantidade de motoristas estimada foi dimensionada de forma a atender, de maneira compatível, o número de veículos destinados a cada unidade, respeitando o tipo de veículo (picapes e veículos utilitários) e o regime de operação exigido (diurno, noturno, plantões e escala de rodízio).

7.4. Adicionalmente, foram considerados os desafios geográficos enfrentados pelo DSEI Alto Rio Juruá, como grandes distâncias entre comunidades, vias não pavimentadas, ausência de transporte público e necessidade frequente de atuação em regiões de difícil acesso. Essas condições exigem condutores treinados, disponíveis em tempo integral, e que atuem em regime de dedicação exclusiva, inclusive para atendimento a situações emergenciais ou missões especiais de saúde.

7.5. Além de permitir o correto dimensionamento da força de trabalho, a vinculação entre número de motoristas, unidades de atendimento e tipos de veículos proporciona melhor planejamento logístico, evita a ociosidade da frota contratada e assegura o uso eficiente dos recursos públicos. A contratação adequada de motoristas, portanto, é condição imprescindível para o pleno funcionamento da estratégia de saúde indígena na região.

7.6. Dessa forma, a metodologia adotada para a estimativa da quantidade de motoristas combina critérios operacionais, geográficos e logísticos, alinhados à realidade do território e à estrutura física e veicular do DSEI Alto Rio Juruá, assegurando a racionalidade administrativa, a continuidade dos serviços e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Distrital de Saúde Indígena.

7.7. Ademais, no contrato de prestação de serviços de motoristas para o DSEI ARJ, ficou definido que o fornecedor será responsável pelo pagamento de diárias aos motoristas sempre que houver deslocamentos fora da localidade habitual de trabalho. Essa medida considera as particularidades geográficas da região e visa garantir condições adequadas de trabalho, além de proporcionar previsibilidade orçamentária para a administração pública. A obrigação será incluída no contrato e deve estar prevista na proposta de preços apresentada, promovendo transparência, eficiência e conformidade com as boas práticas de gestão pública.

7.8.Tabela 1 - Estimativa da quantidade de Motoristas e diárias

--	--	--	--	--	--

Grupo	Item	Posto de Motorista	Motorista por posto	QTD. de Postos a ser registrado
1	1	Categoria "B" 44 horas	1	15
	2	Categoria "B" 12x36 - Diurno	2	4
	3	Categoria "B" 12x36 - Noturno	2	3
	4	Categoria "D" 44 Horas	1	5
	5	Categoria "D" 12x36 - Diurno	2	2
	Quantidade total			36

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO									
1	Composição da remuneração								Valor (R\$)
A	Salário Base								R\$ 1.648,58
B	Adicional de periculosidade	<input type="checkbox"/>	Sim/Não	N	<input type="checkbox"/>			R\$ -	
C	Adicional de insalubridade	<input type="checkbox"/>	Sim/Não	S	<input type="checkbox"/>	20%		R\$ 303,60	
D	Adicional noturno	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
F	Outros (especificar)								
G	Outros (especificar)								
TOTAL DA REMUNERAÇÃO								R\$ 1.952,18	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.952,18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.580,72
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 123,81
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 57,80
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 75,73
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ 3.790,24
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 585,99
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.376,23
VALOR DIÁRIAS (30% MÓDULO 01)		R\$ 585,65
VALOR TOTAL POR EMPRAGADO MENSAL		R\$ 4.961,88

QUADRO DE RESUMO DO CUSTO DA DIÁRIA									
Valor diária (30% módulo 01)				Valor diária CCT 2025/2026				Quantidade estimada	
R\$ 585,65				R\$ 150,00				3,90	

7.8.1 Tabela 2-Divisão completa de motorista por categoria e por turno.

Item	Posto de Motorista	Motorista por posto total
1	Categoria "B" 44 horas	15
2	Categoria "B" 12x36 - Diurno	8
3	Categoria "B" 12x36 - Noturno	6
4	Categoria "D" 44 Horas	5
5	Categoria "D" 12x36 - Diurno	2
Quantidade total: (trinta e seis)		36

7.8.1 Tabela 3- tabela de Veículos Próprios e veículos locados

Veículos Próprios:

Veiculo	Placa	Ano	Localidade
L200 TRITON SPT D	QLW2913	2018	SEDE/DSEI
Chevrolet Spin LTZ	QLW3533	2018	CASAI
L200 TRITON GL	QLY0591	2017	POLO CRUZEIRO DO SUL
L200 TRITON GL	QLY0611	2017	POLO TARAUAÇA
L200 TRITON GL	PBF-9048	2017	SEDE/DSEI
L200 TRITON GL	PAT4841	2017	POLO JORDÃO
L200 TRITON GL	PAT4842	2017	POLO MARECHAL THAUMATURGO
L200 TRITON SPORT	QLU4426	2018	SEDE/DSEI
L200 TRITON SPORT	QLU4446	2018	SEDE/DSEI
L200 TRITON GL	QLY0601	2017	POLO PORTO WALTER
L200 TRITON SPORT	QLU4456	2018	SEDE/DSEI
FIAT FIORINO	NHZ3363	2009	CASAI
RENAULT/MASTER MARIM PAS	PBL0524	2018	POLO TARAUAÇA
RENAULT/MASTER MARIM PAS	PBL0523	2018	POLO FEIJÓ
XTZ CROSSER 150 S	BWV5956	2018	POLO TARAUAÇA
XTZ CROSSER 150 S	EMS8007	2018	POLO FEIJÓ
XTZ CROSSER 150 S	EXI-0720	2018	SEDE/DSEI
XTZ CROSSER 150 S	EBR-4949	2018	SEDE/DSEI
XTZ CROSSER 150 S	BQU9800	2018	SEDE/DSEI
QUADRICICLO HONDA TRX 420 FOURTRAX FM 4X4		2023	POLO BASE DE FEIJÓ
QUADRICICLO HONDA TRX 420 FOURTRAX FM 4X4		2023	POLO BASE DE TARAUAÇA

Tabela 4

Veículos Locados:

Veículo	Placa	Ano	Localidade
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0A27	2026	DSEI/ALTO RIO JURUÁ
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0A87	2026	DSEI/ALTO RIO JURUÁ
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0A97	2026	POLO MÂNCIO LIMA
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0B07	2026	CASAI - MÂNCIO LIMA
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0B27	2026	POLO MARECHAL THAUMATURGO
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0B57	2026	POLO BASE CRUZEIRO DO SUL
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0C07	2026	POLO BASE TARAUCÁ
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0C37	2026	POLO BASE FEIJÓ
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSD0C67	2026	POLO BASE FEIJÓ
CREVROLET /S10 WT DD4A	TSB3I37	2026	POLO BASE JORDÃO
I/M. BENZ 417 SPRINTER M	SMH7J88	2026	DSEI/ALTO RIO JURUÁ
I/M. BENZ 417 SPRINTER M	RWH3F77	2024	CASAI - MÂNCIO LIMA

7.9. Seguem a baixo a memoria de calculo baseado no estudo e pormenorizado no demonstrativo de calculo processual.

7.9.1 Nos termos do inciso V do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, a estimativa das quantidades deve ser acompanhada de memória de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, de modo a possibilitar a adequada aferição da necessidade administrativa e a viabilização de economia de escala.

7.9.2. A presente memória de cálculo fundamenta-se na experiência administrativa recente do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Juruá (DSEI/ARJ), considerando:

- **Contrato anterior** de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para motoristas, regularmente executado até junho de 2025, que contemplava **36 (trinta e seis) motoristas**;
- **Contrato emergencial atualmente vigente**, firmado após o encerramento do ajuste anterior, que igualmente prevê a disponibilização de **36 (trinta e seis) motoristas**, mantendo o mesmo quantitativo de profissionais para atender a demanda do órgão;
- A comprovação, durante a execução contratual ordinária e emergencial, de que o quantitativo de 36 motoristas tem se mostrado **suficiente e adequado** para o atendimento das necessidades logísticas do DSEI/ARJ, em especial no suporte às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), no transporte de insumos e medicamentos e nas remoções de pacientes.

7.9.3. Diante desse histórico de execução, conclui-se que **não há, no presente momento, necessidade de ampliação nem de redução do quantitativo**, permanecendo adequado o dimensionamento de **36 motoristas**. A manutenção desse quantitativo garante a continuidade das ações de saúde indígena com regularidade, eficiência e economicidade, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a Administração Pública.

7.9.3.1 Assim, a estimativa de quantidade fixada para o presente processo licitatório é de **36 (trinta e seis) motoristas**, com base na comprovação empírica de sua suficiência operacional, no comparativo com contratos anteriores e vigentes, atendendo ao disposto no art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.305.673,76

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Para a definição do valor estimado da contratação, utilizado como parâmetro para compor a planilha de custos dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, foram adotados os seguintes elementos:

- O **salário mínimo vigente no país**, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.864/2023;
- A **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2025/2026** da categoria profissional, disponibilizada no Sistema MEDIADOR do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece o **salário-base da categoria** e os **benefícios obrigatórios**, tais como vale-alimentação, diárias, entre outros;
- A partir do salário-base, foram calculados os seguintes componentes da remuneração:
 - **Encargos sociais e trabalhistas** (INSS, FGTS, férias, 13º salário, DSR, aviso prévio, etc.);
 - **Adicional de insalubridade**, conforme percentual previsto na CCT e com respaldo em **laudo técnico** emitido por profissional habilitado, a ser apresentado pela contratada e discriminado obrigatoriamente na planilha de composição de custos;
 - **Benefícios adicionais**, como vale-alimentação/refeição e diárias de deslocamento, conforme previsto na CCT;
 - **Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, com base em **pesquisa realizada no Painel de Preços do Governo Federal**, cujos valores foram utilizados como referência;
 - **Reserva técnica de pessoal**, necessária para substituições e cobertura de ausências;
 - **Despesas administrativas e operacionais** da contratada, como supervisão, comunicação, controle de frequência e gestão da equipe;
 - **Capacitação periódica dos profissionais**, conforme exigência do item 4.8.4 deste Estudo Técnico Preliminar;
 - **Tributos incidentes sobre a contratação**, conforme regime tributário adotado pela empresa (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Real);
 - **Margem de lucro** da contratada, respeitando os limites de razoabilidade e compatibilidade com o mercado.

8.2. Foram adotadas como referência as diretrizes estabelecidas no **Anexo V da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017**, no que se refere à metodologia de composição de custos de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.

8.3. A estimativa também considerou os critérios previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, especialmente em seu inciso I, quanto à necessidade de pesquisa prévia de preços para definição do valor de referência, utilizando como fontes:

- [compras.gov](https://compras.gov.br) para contação dos uniformes e acessórios.

8.4. A planilha detalhada da composição de custos constará do Termo de Referência (Anexo I) do Edital e servirá como base para a análise da **exequibilidade das propostas**, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021, assegurando transparência, legalidade e economicidade ao processo licitatório.

8.4. TABELA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA										
Grupo	Item	Motorista	Unidade de Fornecimento	Motoristas por posto	Qtde de Postos a ser Registrada (máxima)	*Valor de Diárias	Valor de Referência por Posto /mês	Valor de Referência mensal	Valor de Referência anual - SEM DIÁRIAS	Valor Anual da Contratação - COM DIÁRIAS
1	1	Categoria "B" 44hs	Posto	1	15	R\$ 8.784,75	R\$ 4.719,75	R\$ 70.796,25	R\$ 849.555,00	R\$ 954.972,00
	2	Categoria "B" 12x36 Diurno	Posto	2	4	R\$ -	R\$ 9.439,50	R\$ 37.758,00	R\$ 453.096,00	R\$ 453.096,00
	3	Categoria "B" 12x36 Noturno	Posto	2	3	R\$ -	R\$ 10.978,70	R\$ 32.936,10	R\$ 395.233,20	R\$ 395.233,20
	4	Categoria "D" 44hs	Posto	1	5	R\$ 3.461,75	R\$ 5.486,09	R\$ 27.430,45	R\$ 329.165,40	R\$ 370.706,40
	5	Categoria "D" 12x36 Diurno	Posto	2	1	R\$ -	R\$ 10.972,18	R\$ 10.972,18	R\$ 131.666,16	R\$ 131.666,16
	6	*Diária	Diária				R\$ 12.246,50			
VALOR ESTIMADO TOTAL									R\$ 2.158.715,76	R\$ 2.305.673,76
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO										
*DIÁRIAS - Valor Mensal estimado pela Administração para diárias (Essas serão reembolsadas após a efetiva requisição e comprovação de pagamento do respectivo motorista no Total Estimado (ATE) de R\$ 2.305.673,76 (dois milhões, trezentos e cinco mil e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), cujo valor deverá ser alterado caso haja alteração no valor das diárias, a mesma não será critério de lances.										

8.6 A Memória de calculo e documentos de suporte, encontra se em anexo I

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto da contratação deve ser avaliado com base na viabilidade técnica e na vantajosidade econômica para a Administração Pública. Após análise técnica da solução proposta — qual seja, a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de condução de veículos automotores com dedicação exclusiva de mão de obra — conclui-se que **não é viável o parcelamento do objeto**, seja por critério geográfico, por tipologia de transporte ou por modalidade de jornada.

9.2. A prestação do serviço possui natureza contínua, homogênea e interdependente, demandando **coordenação centralizada e execução padronizada**, a fim de garantir a previsibilidade operacional e a integridade da logística de transporte que sustenta as ações assistenciais e administrativas do subsistema de saúde indígena no território do DSEI Alto Rio Juruá. Essa região apresenta características geográficas desafiadoras, como grandes distâncias, ausência de transporte público, vias não pavimentadas e comunidades isoladas, o que **exige respostas rápidas, remanejamento de condutores entre localidades e atuação coordenada em missões emergenciais**.

9.3. O fracionamento do contrato por municípios, rotas ou turnos comprometeria a eficiência da gestão contratual e **geraria riscos operacionais significativos**, como a sobreposição de rotinas, conflito de competências entre fornecedores distintos, dificuldade de fiscalização e possibilidade de descontinuidade dos serviços em áreas críticas. Além disso, a divisão do objeto poderia resultar em **aumento de custos indiretos**, perda de economia de escala e menor atratividade para fornecedores especializados.

9.4. Portanto, considerando os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e do interesse público envolvido — especialmente na área da saúde indígena — **a opção pela contratação integral e unificada da solução é a mais adequada técnica e juridicamente**, assegurando o atendimento tempestivo, seguro e contínuo às comunidades indígenas do DSEI Alto Rio Juruá.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No âmbito do DSEI Alto Rio Juruá, além da **contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para motoristas** para a prestação de serviços de condução de veículos automotores com dedicação exclusiva de mão de obra, também se destaca a contratação de **locação de veículos**, que é uma contratação correlata e interdependente com a execução das atividades de transporte.

10.2. A **locação de veículos** no DSEI Alto Rio Juruá é fundamental para complementar e garantir a eficácia da logística de transporte, uma vez que, em determinadas situações, a frota própria ou a oferta de veículos por meio de contratos de prestação de serviços de condução pode ser insuficiente para atender a todas as demandas emergenciais e operacionais. Nesse contexto, a locação de veículos é uma solução estratégica que permite aumentar a flexibilidade e a capacidade de resposta rápida a imprevistos, além de garantir a continuidade das ações assistenciais e administrativas nas áreas de difícil acesso da região.

10.3. Relação com a Contratação de Condução de Veículos

10.3.1. As contratações de **locação de veículos** e **prestação de serviços de condução** são interdependentes, pois ambas buscam otimizar a operação e a logística de transporte nas áreas do DSEI Alto Rio Juruá. A locação de veículos fornece a infraestrutura necessária — ou seja, os veículos — enquanto a contratação de serviços de condução assegura que as viagens sejam realizadas com a condução profissional e especializada, necessária para garantir a segurança e a eficiência das missões de transporte, especialmente em regiões com desafios logísticos como o Alto Rio Juruá.

10.4. Importância da Coordenação entre as Contratações

10.4.1. A integração entre a **locação de veículos** e a **prestação de serviços de condução** é essencial para garantir a continuidade das atividades, a operação fluida da logística de transporte e a capacidade de resposta rápida a situações emergenciais. Sem essa coordenação, a eficiência dos serviços prestados poderia ser comprometida, prejudicando, por exemplo, o transporte de equipes de saúde, materiais médicos e outros recursos vitais para o atendimento das comunidades indígenas da região.

10.5. Conclusão

10.5.1. Portanto, a contratação de **locação de veículos**, aliada à contratação de **prestação de serviços de condução de veículos**, reflete a estratégia do DSEI Alto Rio Juruá para garantir a eficiência operacional, atender às demandas emergenciais e assegurar a continuidade do atendimento às comunidades indígenas. A interdependência dessas contratações visa garantir a execução das atividades essenciais de transporte, respeitando os desafios geográficos e logísticos da região e assegurando que os serviços de saúde e assistência sejam realizados de forma eficaz e ininterrupta.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A **contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para motoristas** pelo DSEI Alto Rio Juruá está diretamente alinhada com o planejamento institucional estabelecido no Plano Distrital de Saúde Indígena (PDSI) e no Plano de Ação Anual (PAA). A medida busca assegurar a continuidade das ações assistenciais e logísticas essenciais ao atendimento das comunidades indígenas, diante da impossibilidade de prorrogação do contrato anterior, encerrado por decisão da Assessoria Jurídica em virtude de irregularidades formais. Considerando a importância estratégica dos serviços de transporte para a execução das atividades de saúde, a contratação emergencial se justifica como resposta imediata e compatível com os objetivos planejados, garantindo a manutenção de serviços essenciais e o cumprimento das metas assistenciais do DSEI.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para motoristas, no âmbito do DSEI Alto Rio Juruá, justifica-se pela necessidade premente de garantir a continuidade das atividades assistenciais e administrativas desenvolvidas em território indígena, especialmente diante da impossibilidade de prorrogação do contrato anteriormente vigente. A medida, de natureza emergencial e fundamentação técnica, tem respaldo em parecer jurídico exarado pela Assessoria Jurídica do órgão, o qual concluiu pela existência de vícios formais insanáveis no contrato anterior, com destaque para a ausência de previsão do adicional de insalubridade, direito assegurado aos motoristas por meio do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria.

12.2. A constatação dessas irregularidades comprometeu a legalidade e a segurança jurídica da contratação vigente, inviabilizando sua prorrogação ou renovação, ainda que em caráter excepcional. A Assessoria Jurídica, amparada na legislação vigente e nos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, recomendou o encerramento definitivo do contrato, como forma de mitigar riscos jurídicos e evitar a responsabilização administrativa. Tal decisão resultou em uma iminente descontinuidade dos serviços de transporte institucional, essenciais à execução das ações de saúde indígena nas áreas sob responsabilidade do DSEI.

12.3. Em virtude da urgência, foi instaurado um processo de contratação direta por dispensa de licitação, fundamentado no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de evitar a interrupção dos serviços. No entanto, conforme dispõe o §7º do mesmo artigo, a vigência desse tipo de contratação é limitada a até 12 (doze) meses, não sendo possível sua prorrogação. Assim, ainda que o procedimento emergencial atenda à necessidade imediata, a administração encontra-se empenhada na condução de processo licitatório regular, voltado à celebração de contrato continuado, que garanta maior estabilidade, segurança jurídica e planejamento orçamentário à prestação dos serviços.

12.4. A nova contratação, portanto, busca recompor a capacidade operacional do DSEI, ao mesmo tempo em que corrige falhas contratuais anteriormente praticadas, restituindo a legalidade e a conformidade da prestação dos serviços com os ditames legais e normativos aplicáveis. A inclusão explícita das cláusulas trabalhistas obrigatórias, com destaque para o adicional de insalubridade fundamentado em laudo técnico, reforça o compromisso institucional com a valorização do trabalhador, a proteção de direitos sociais e a prevenção de passivos trabalhistas, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho.

12.5. A contratação também se justifica pela natureza essencial e estratégica dos serviços de transporte para o funcionamento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. São atividades que envolvem o deslocamento de profissionais de saúde, o transporte de pacientes, a distribuição de medicamentos e insumos médicos, o apoio logístico às ações de vigilância epidemiológica e o atendimento a situações emergenciais de saúde. Em um território caracterizado por condições geográficas adversas — como grandes distâncias, ausência de transporte público, vias não pavimentadas, sazonalidade de acesso e isolamento de comunidades —, a paralisação ou falha nesse serviço comprometeria diretamente a prestação de um direito fundamental: o acesso à saúde pública diferenciada e contínua para os povos indígenas.

12.6. Diante do contexto exposto, a contratação ora proposta representa a alternativa mais célere, eficaz e juridicamente adequada para a manutenção do serviço público essencial, evitando a interrupção de políticas públicas estruturantes e de atendimento direto à população. A medida está em consonância com os princípios da continuidade do serviço público, supremacia do interesse público e eficiência administrativa, previstos nos arts. 37 e 196 da Constituição Federal, e possibilita resposta tempestiva a uma lacuna operacional crítica.

12.7. Ademais, ao viabilizar a retomada dos serviços com uma base contratual segura, transparente e legalmente robusta, esta contratação fortalece a governança institucional, assegura previsibilidade orçamentária, melhora o controle da execução contratual e promove a sustentabilidade jurídica e operacional das ações em saúde indígena no território do Alto Rio Juruá.

12.8. Conclui-se, portanto, que a adoção da presente contratação é técnica, legal e estrategicamente justificada, representando medida indispensável à continuidade das atividades finalísticas do DSEI, à proteção do interesse público e à efetivação de políticas de saúde pública voltadas às comunidades indígenas, garantindo a superação dos limites temporais da contratação emergencial e a consolidação de uma solução duradoura e eficiente.

13. Providências a serem Adotadas

13. Providências para Viabilização da Contratação

13.1. Para viabilizar a contratação ordinária e continuada dos serviços de motoristas com dedicação exclusiva de mão de obra, estão sendo adotadas as providências administrativas previstas na **Lei nº 14.133/2021**, com a devida formalização do processo licitatório, instruído com os elementos técnicos, jurídicos e administrativos indispensáveis à contratação regular.

13.1. O procedimento conta com:

- **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, elaborado para fundamentar a necessidade da contratação, avaliar sua viabilidade e definir os requisitos mínimos a serem exigidos;
- **Termo de Referência**, contendo a descrição detalhada do objeto, os critérios de execução, de fiscalização, bem como os indicadores de desempenho;
- **Pesquisa de preços**, realizada conforme os parâmetros da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com base em fontes oficiais como Pannel de Preços do Governo Federal, contratações similares e valores praticados em contratos anteriores;
- **Manifestação jurídica** da Assessoria Jurídica do DSEI Alto Rio Juruá, atestando a legalidade do processo e a regularidade da contratação nos moldes da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

13.2 Será garantido o cumprimento de todos os **direitos trabalhistas**, conforme previsto na legislação vigente e na **Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional**, incluindo o pagamento do **adicional de insalubridade**, com base em **laudo técnico especializado**. Esse adicional deverá ser explicitamente apresentado na planilha de custos pela licitante, assegurando clareza, conformidade e transparência no processo.

13.3. A **contratação possui natureza continuada**, sendo essencial à manutenção dos serviços de transporte institucional no âmbito do DSEI, especialmente em áreas de difícil acesso e comunidades indígenas. O contrato será celebrado por prazo inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, nos termos do **art. 107, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, até o limite máximo de 120 meses.

13.4. A **execução do contrato será acompanhada por fiscais administrativos e técnicos previamente designados**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que atuarão no monitoramento contínuo da prestação dos serviços, controle de frequência, análise de relatórios e verificação do cumprimento das cláusulas contratuais.

13.5. A presente contratação busca garantir a **continuidade dos serviços públicos essenciais**, respeitando os princípios da legalidade, eficiência, transparência, planejamento e economicidade, em consonância com a política pública de atenção à saúde indígena promovida pelo DSEI Alto Rio Juruá.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação, por se tratar de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para atuação como motoristas, **não apresenta impactos ambientais diretos significativos de natureza estrutural ou permanente**, uma vez que não envolve obras civis, exploração de recursos naturais ou intervenção física em áreas sensíveis.

14.2. No entanto, considerando que a execução dos serviços compreende o uso contínuo de veículos automotores terrestres e, eventualmente, fluviais, é possível identificar **impactos ambientais indiretos**, sobretudo relacionados ao consumo de combustíveis fósseis, à emissão de gases de efeito estufa (GEE) e à geração de resíduos decorrentes da operação dos veículos (como óleos, filtros e materiais de manutenção).

14.3. Com vistas à mitigação desses impactos, a Administração Pública estabelecerá, no contrato e no Termo de Referência, **diretrizes de sustentabilidade alinhadas ao Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (PLS/MS) e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, instituído pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 01 /2010. Dentre as principais medidas previstas, destacam-se:

- Incentivo à **condução econômica** por parte dos motoristas, com foco na redução do consumo de combustíveis;
- Observância de **manutenções preventivas e corretivas** regulares nos veículos utilizados, assegurando melhor desempenho ambiental;
- Estímulo ao uso racional de recursos naturais nas estruturas administrativas da contratada, como **economia de água e energia elétrica**;
- Adoção de práticas internas voltadas à **gestão adequada de resíduos** (ex: descarte de materiais automotivos em pontos de coleta regularizados);
- Inclusão de **critérios de responsabilidade socioambiental** na capacitação dos motoristas, promovendo a consciência ecológica e o respeito às áreas protegidas e comunidades indígenas.

14.4. A contratada deverá demonstrar compromisso com práticas ambientais responsáveis, podendo, sempre que possível, apresentar **indicadores internos de sustentabilidade**, planos de redução de emissão de carbono ou outras iniciativas que contribuam para minimizar os impactos ambientais da prestação dos serviços.

14.5. Conclui-se que, embora os impactos ambientais diretos sejam mínimos, o contrato deve observar princípios de sustentabilidade, conforme os arts. 5º, XII e 11, IV da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para uma atuação pública eficiente, ética e ambientalmente responsável.

15. 15. Análise de Riscos da Contratação

15.1 A análise de riscos da contratação foi realizada em conformidade com o art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

15.2 A Matriz de Gerenciamento de Riscos nº 36/2025, emitida no sistema Compras.gov.br, integra o presente ETP como documento associado, contendo a identificação dos riscos, suas causas, impactos, ações preventivas e respectivas contingências para as fases de planejamento, seleção do fornecedor e gestão contratual.

15.3. A matriz encontra-se articulada com o objeto e com as informações deste Estudo Técnico Preliminar, garantindo tratamento adequado aos riscos que podem impactar a contratação e sua execução.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise técnica, a equipe de planejamento considera **viável e necessária** a contratação de serviços de motoristas com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do DSEI Alto Rio Juruá. A medida é justificada pela essencialidade do serviço para a continuidade das ações de saúde indígena, bem como pela necessidade de substituição de contrato anterior com vícios formais insanáveis.

Ressaltamos que há **processo emergencial em andamento**, com vigência limitada conforme a Lei nº 14.133/2021, razão pela qual esta contratação continuada se apresenta como solução adequada, segura e eficiente. A proposta atende aos princípios da legalidade, continuidade do serviço público e eficiência administrativa, garantindo estabilidade operacional e jurídica ao DSEI.

Assim, **damos o aval técnico** para prosseguimento da contratação, por meio de procedimento licitatório regular, conforme os parâmetros estabelecidos neste ETP.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ROBERTO RODRIGUES DA SILVA

MEMBRO EQUIPE DE PLANEJAMENTO



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 12:18:41.

MARCOS ANTONIO ALVES SIQUEIRA

MEMBRO DA EQUIPE DE PANEJAMENTO



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 12:19:27.

Despacho: Aprovo o ETP 16/2025 a qual refere se: Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para motoristas

RUY BARBOSA DE MOURA FILHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 13:10:09.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

Contrato 34/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	257021-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA	AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA	13/05/2026 09:29 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25032.000482/2025-18

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **condutor de veículos** , a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	item	Posto de Motorista	Catser	Motorista Por posto	Qtde de Postos a ser registrada maxima	Qtda de diárias categoria /mês	valor de diárias	Valor Unitário posto/mês	Valor total Mensal	Valor total
<u>1</u>	<u>1</u>	Categoria "B" 44hs	15008	<u>1</u>	<u>15</u>					
	<u>2</u>	Categoria "B" 12 x 36 Diurno	15008	<u>2</u>	<u>4</u>					
	<u>3</u>	Categoria "B" 12 x 36 Noturno	15008	<u>2</u>	<u>3</u>					
	<u>4</u>	Categoria "D" 44 hs	15008	<u>1</u>	<u>5</u>					
	<u>5</u>	Categoria "D" 12 x 36 diurno	15008	<u>2</u>	<u>1</u>					
	<u>6</u>	*Diária	21849							
Valor Total Grupo 1										

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. [O Edital da Licitação]

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[12 meses]** contados do(a) data de [assinatura do contrato pelo contratado], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A1]).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[A1]

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto

contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **90 (noventa) dias**; [A2]

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*[A3]

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A1]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do

CONTRATADO[A2] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006,

salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. ~~Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~9.57. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.[A3].~~

~~9.58. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

9.58. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento e procedimentos administrativos, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos profissionais da nova empresa contratada, para garantir a continuidade da prestação dos serviços.

~~9.59. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A4]~~

~~9.59.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

~~9.60. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica.[A5]~~

ou

~~9.61. Considerando que se trata de contrato com número inferior a vinte e cinco colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de XX %[A6]~~

~~9.61.1. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.~~

~~9.61.2. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.~~

~~9.61.3. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.~~

~~9.61.4. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.~~

~~9.61.5. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.~~

~~9.61.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.~~

~~9.62. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual. [A7]~~

ou

9.63. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.[A8]*

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A1]*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A2]*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A3]*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A1] .

14.3. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

14.4. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

14.5. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A3]*

14.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.10.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.10.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.10.3 Das indenizações e multas.

14.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.12. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis[A4] .

14.13. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.14. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.15. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.15.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.15.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.16. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.17. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.17.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.17.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.18. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.19. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho[A5] em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/unidade: [...];
- II. Fonte de recursos: [...];
- III. Programa de trabalho: [...];
- IV. Elemento de despesa: [...]; e
- V. Plano interno: [...]; e
- VI. Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]*

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Cruzeiro do Sul - Acre, Seção Judiciária do Estado do Acre para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA

Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos Portaria nº 1464 de 23 Maio de 2018



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 09:29:46.

ANEXO IV
Termo de Ciência e concordância

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 25032.000409/2025-46

Licitação nº:

Pregão nº XXXX/2025

Data d DD/MM/AAAA

Horário:

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA

Grupo	Item	Motorista	Unidade de Fornecimento	Motoristas por posto	Qtde de Postos a ser Registrada (máxima)	*Valor de Diárias	Valor de Referência por Posto/mês	Valor de Referência mensal	Valor de Referência anual - SEM DIÁRIAS	Valor Anual da Contratação - COM DIÁRIAS
1	1	Categoria "B" 44hs	Posto	1	15	R\$ 8.784,75	R\$ 4.719,75	R\$ 70.796,25	R\$ 849.555,00	R\$ 954.972,00
	2	Categoria "B" 12x36 Diurno	Posto	2	4	R\$ -	R\$ 9.439,50	R\$ 37.758,00	R\$ 453.096,00	R\$ 453.096,00
	3	Categoria "B" 12x36 Noturno	Posto	2	3	R\$ -	R\$ 10.978,70	R\$ 32.936,10	R\$ 395.233,20	R\$ 395.233,20
	4	Categoria "D" 44hs	Posto	1	5	R\$ 3.461,75	R\$ 5.486,09	R\$ 27.430,45	R\$ 329.165,40	R\$ 370.706,40
	5	Categoria "D" 12x36 Diurno	Posto	2	1	R\$ -	R\$ 10.972,18	R\$ 10.972,18	R\$ 131.666,16	R\$ 131.666,16
	6	*Diária	Diária				R\$ 12.246,50			
VALOR ESTIMADO TOTAL									R\$ 2.158.715,76	
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO										

***DIÁRIAS** - Valor Mensal estimado pela Administração para diárias (Essas serão reembolsadas após a efetiva requisição e comprovação de pagamento ao respectivo motorista no mês). A licitante não deverá alterar o valor desta "verba", cuja finalidade se destina tão somente à disponibilização orçamentária necessária ao reembolso de despesas com eventuais diárias, a mesma não será critério de lances.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 25032.000409/2025-46
Licitação nº:
Data do Pregão: DD/MM/AAAA Horário: Pregão nº XXXX/2025 XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2025
B	Município/ UF	Cruzeiro do Sul/AC
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT 2025/2026 - AC000021/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	15
3	Cargo:	Motorista Categoria "B" - 44hs

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Motorista Cat. "B" - 44hs
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7823-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.648,58
4	Salário Mínimo Vigente (2025)	R\$ 1.518,00
5	Data base da categoria	01/01/2025

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração						Valor (R\$)	
A	Salário Base						R\$	1.648,58
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N				R\$	-
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		20%		R\$	303,60
D	Adicional noturno							
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida							
F	Outros (especificar)							
G	Outros (especificar)							
TOTAL DA REMUNERAÇÃO							R\$	1.952,18

Cláusula 8ª

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias				
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)	
A	13º salário	8,33%	R\$	162,68
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$	236,21
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$	146,79
TOTAL			R\$	545,68

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					(%)	Valor (R\$)
A	INSS					20,00%	R\$ 390,44
B	Salário Educação					2,50%	R\$ 48,80
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	3,0	FAT	1,0	3,00%	R\$ 58,57
D	SESC ou Sesi					1,50%	R\$ 29,28
E	SENAI ou SENAC					1,00%	R\$ 19,52
F	SEBRAE					0,60%	R\$ 11,71
G	INCRA					0,20%	R\$ 3,90
H	FGTS					8,00%	R\$ 156,17
TOTAL						36,80%	R\$ 718,39

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto	R\$ -
		Não					
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$ 297,00
			S	R\$ 330,00	1	R\$ 33,00	
C	Assistência Funeral - (3% Remuneração/12*3)						R\$ 14,64
D	Seguro de Vida e Invalidez						R\$ 27,00
E	Outros (especificar)						R\$ -
TOTAL							R\$ 338,64

Cláusula 10ª
Cláusula 12ª
Cláusula 34ª

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ 545,68
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 718,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 338,64
TOTAL		R\$ 1.602,71

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 8,95 *
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,59 *
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 3,12
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 37,87 *
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 13,94 *
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 59,35
TOTAL		R\$	123,82

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	1,63%	R\$ 31,82
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,39
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 6,44
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,055%	R\$ 1,07
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		R\$ -
TOTAL		2,04%	R\$ 39,72

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
4.1	Substitutos nas Ausências Legais	R\$	39,72
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
TOTAL		R\$	39,72

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	90,39
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$	-
C	Equipamentos (custo mensal por empregado)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-

TOTAL	R\$	90,39
-------	-----	-------

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos indiretos			R\$ 228,53
B	Lucro			R\$ 274,14
C	Tributos			8,65%
	C.1	Tributos Federais	PIS	R\$ 30,68
	C.2		COFINS	R\$ 141,59
	C.3	Tributos Municipais	ISS	R\$ 235,99
TOTAL				R\$ 910,93

408,26

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.952,18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.602,71
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$	123,82
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	39,72
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	90,39
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$	3.808,82
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	910,93
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$	4.719,75
VALOR DIÁRIAS (30% MÓDULO 01)		R\$	585,65
VALOR TOTAL POR EMPREGADO MENSAL COM DIÁRIAS		R\$	5.305,40

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ 5.305,40
Quantidade de postos	15
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ 954.972,00

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 25032.000409/2025-46
Licitação nº:
Data do Pregão:
DD/MM/AAAA Horário: Pregão nº XXXX/20XX
XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/05/2025
B	Município/ UF	Cruzeiro do Sul/AC
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT 2025/2026 - AC000021/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	4
3	Cargo:	Motorista Categoria "B" 12x36 Diurno

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Motorista Cat. "B" - 12x36 Diurno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7823-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.648,58
4	Salário Mínimo Vigente (2025)	R\$ 1.518,00
5	Data base da categoria	01/01/2025

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
1	Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário Base					R\$ 1.648,58
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N			R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		20%	R\$ 303,60
D	Adicional noturno (20% proporção 7/12)	Sim/Não	N	58,3333%	20%	R\$ -
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida (20 % proporção 1/12)	Sim/Não	N	8,3333%	120%	R\$ -
F	Outros (especificar)					
G	Outros (especificar)					
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$ 1.952,18

Cláusula 8ª

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias				
2.1	13º salário e adicional de férias			
		(%)	Valor (R\$)	
A	13º salário			8,33% R\$ 162,68
B	Férias e Adicional de Férias			12,10% R\$ 236,21
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			7,52% R\$ 146,79
TOTAL			R\$	545,68

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			
		(%)	Valor (R\$)	
A	INSS			20,00% R\$ 390,44
B	Salário Educação			2,50% R\$ 48,80
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	3,0	FAT 1,0 3,00% R\$ 58,57
D	SESC ou Sesi			1,50% R\$ 29,28
E	SENAI ou SENAC			1,00% R\$ 19,52
F	SEBRAE			0,60% R\$ 11,71
G	INCRA			0,20% R\$ 3,90
H	FGTS			8,00% R\$ 156,17
TOTAL			36,80%	R\$ 718,39

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO Não	Valor	Passagens Dias Desconto R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM/NÃO S	Valor R\$ 330,00	Dias 1 Desconto R\$ 33,00 R\$ 297,00
C	Assistência Funeral - (3% Remuneração/12*3)			R\$ 14,64
D	Seguro de Vida e Invalidez			R\$ 27,00
E	Outros (especificar)			R\$ -
TOTAL			R\$	338,64

Cláusula 10ª
Cláusula 12ª
Cláusula 34ª

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			R\$ 545,68
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 718,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 338,64
TOTAL			R\$	1.602,71

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão			(%) Valor (R\$)

A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$	8,95	*
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$	0,59	*
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$	3,12	
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$	37,87	*
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$	13,94	*
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$	59,35	
TOTAL			R\$	123,82	

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
Submódulo 4.1 - Ausências Legais				
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)	
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$	-
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	1,63%	R\$	31,82
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$	0,39
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$	6,44
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,055%	R\$	1,07
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		R\$	-
TOTAL		2,04%	R\$	39,72

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
4.1	Substitutos nas Ausências Legais	R\$	39,72
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
TOTAL		R\$	39,72

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	90,39
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$	-
C	Equipamentos (custo mensal por empregado)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-
TOTAL		R\$	90,39

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
--	--	--	--

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos			6,00%	R\$ 228,53
B	Lucro			6,79%	R\$ 274,14
C	Tributos			8,65%	
	C.1	Tributos Federais	PIS	0,65%	R\$ 30,68
	C.2		COFINS	3,00%	R\$ 141,59
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00%	R\$ 235,99
TOTAL					R\$ 910,93

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.952,18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.602,71
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$	123,82
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	39,72
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	90,39
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$	3.808,82
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	910,93
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$	4.719,75
VALOR TOTAL POR POSTO - 2 EMPREGADOS POR POSTO		R\$	9.439,50
VALOR DIÁRIAS (0% MÓDULO 01)		R\$	-
VALOR TOTAL POR POSTO MENSAL		R\$	9.439,50

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ 9.439,50
Quantidade de postos - 2 empregados por posto	4
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ 453.096,00

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 25032.000409/2025-46

Licitação nº:

Data do Pregão:

Pregão nº XXXX/20XX

DD/MM/AAAA

Horário:

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/05/2025
B	Município/ UF	Cruzeiro do Sul/AC
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT 2025/2026 - AC000021/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	3
3	Cargo:	Motorista Categoria "B" 12x36 Noturno

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Motorista Cat. "B" - 12x36 Noturno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7823-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.648,58
4	Salário Mínimo Vigente (2025)	R\$ 1.518,00
5	Data base da categoria	01/01/2025

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
1	Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário Base					R\$ 1.648,58
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N			R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		20%	R\$ 303,60
D	Adicional noturno (20% proporção 7/12)	Sim/Não	S	58,3333%	20%	R\$ 192,33
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida (20 % proporção 1/12)	Sim/Não	S	8,3333%	120%	R\$ 164,86
F	Outros (especificar)					
G	Outros (especificar)					
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$ 2.309,37

Cláusula 8ª

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias				
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)	
A	13º salário	8,33%	R\$	192,45
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$	279,43
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$	173,65
TOTAL		R\$	645,53	

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)	
A	INSS	20,00%	R\$	461,87
B	Salário Educação	2,50%	R\$	57,73
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	3,0	FAT 1,0
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$	34,64
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	23,09
F	SEBRAE	0,60%	R\$	13,86
G	INCRA	0,20%	R\$	4,62
H	FGTS	8,00%	R\$	184,75
TOTAL		36,80%	R\$	849,84

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens
		Não	R\$ 3,50	2
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM/NÃO	Valor	Dias
		S	R\$ 330,00	1
C	Assistência Funeral - (3% Remuneração/12*3)	Desconto	R\$ 98,91	
D	Seguro de Vida e Invalidez	Desconto	R\$ 33,00	
E	Outros (especificar)			
TOTAL			R\$	341,32

Cláusula 10ª

Cláusula 12ª

Cláusula 34ª

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$	645,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	849,84
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	341,32
TOTAL		R\$	1.836,69

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 10,58 *
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,69 *
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 3,69
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 44,80 *
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,49 *
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 70,20
TOTAL		R\$	146,45

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	1,63%	R\$ 37,64
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,46
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 7,62
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,055%	R\$ 1,27
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		R\$ -
TOTAL		2,04%	R\$ 46,99

Submódulo 4.2 - Intraornada			
4.2	Substituto na Intraornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
4.1	Substitutos nas Ausências Legais	R\$	46,99
4.2	Substituto na Intraornada	R\$	-
TOTAL		R\$	46,99

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	90,39
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$	-
C	Equipamentos (custo mensal por empregado)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 25032.000409/2025-46
Licitação nº:
Data do Pregão: DD/MM/AAAA Horário: Pregão nº XXXX/20XX
XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/05/2025
B	Município/ UF	Cruzeiro do Sul/AC
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT 2025/2026 - AC000021/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	3
3	Cargo:	Motorista Categoria "B" 12x36 Noturno

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Motorista Cat. "B" - 12x36 Noturno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7823-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.648,58
4	Salário Mínimo Vigente (2025)	R\$ 1.518,00
5	Data base da categoria	01/01/2025

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
1	Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário Base					R\$ 1.648,58
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N			R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		20%	R\$ 303,60
D	Adicional noturno (20% proporção 7/12)	Sim/Não	S	58,3333%	20%	R\$ 192,33
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida (20 % proporção 1/12)	Sim/Não	S	8,3333%	120%	R\$ 164,86
F	Outros (especificar)					
G	Outros (especificar)					
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$ 2.309,37

Cláusula 8ª

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias				
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)	
A	13º salário	8,33%	R\$	192,45
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$	279,43
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$	173,65
TOTAL		R\$	645,53	

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)	
A	INSS	20,00%	R\$	461,87
B	Salário Educação	2,50%	R\$	57,73
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	3,0	FAT 1,0
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$	34,64
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	23,09
F	SEBRAE	0,60%	R\$	13,86
G	INCRA	0,20%	R\$	4,62
H	FGTS	8,00%	R\$	184,75
TOTAL		36,80%	R\$	849,84

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens
		Não	R\$ 3,50	2
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM/NÃO	Valor	Dias
		S	R\$ 330,00	1
C	Assistência Funeral - (3% Remuneração/12*3)	Desconto	R\$ 98,91	
D	Seguro de Vida e Invalidez	Desconto	R\$ 33,00	
E	Outros (especificar)			
TOTAL			R\$	341,32

Cláusula 10ª

Cláusula 12ª

Cláusula 34ª

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$	645,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	849,84
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	341,32
TOTAL		R\$	1.836,69

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 10,58 *
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,69 *
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 3,69
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 44,80 *
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,49 *
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 70,20
TOTAL		R\$	146,45

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	1,63%	R\$ 37,64
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,46
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 7,62
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,055%	R\$ 1,27
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		R\$ -
TOTAL		2,04%	R\$ 46,99

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
4.1	Substitutos nas Ausências Legais	R\$	46,99
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
TOTAL		R\$	46,99

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	90,39
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$	-
C	Equipamentos (custo mensal por empregado)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 25032.000409/2025-46

Licitação nº:

Data do Pregão:

Pregão nº XXXX/20XX

DD/MM/AAAA

Horário:

XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/05/2025
B	Município/ UF	Cruzeiro do Sul/AC
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT 2025/2026 - AC000021/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	5
3	Cargo:	Motorista Categoria "D" 44hs

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Motorista Cat. "D" - 44hs
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7824-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.004,22
4	Salário Mínimo Vigente (2025)	R\$ 1.518,00
5	Data base da categoria	01/01/2025

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração						Valor (R\$)	
A	Salário Base						R\$	2.004,22
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N				R\$	-
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		20%		R\$	303,60
D	Adicional noturno							
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida							
F	Outros (especificar)							
G	Outros (especificar)							
TOTAL DA REMUNERAÇÃO							R\$	2.307,82

Cláusula 8ª

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias				
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)	
A	13º salário	8,33%	R\$	192,32
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$	279,25
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$	173,54
TOTAL		R\$	645,11	

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)	
A	INSS	20,00%	R\$	461,56
B	Salário Educação	2,50%	R\$	57,70
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	3,0	FAT 1,0
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$	34,62
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	23,08
F	SEBRAE	0,60%	R\$	13,85
G	INCRA	0,20%	R\$	4,62
H	FGTS	8,00%	R\$	184,63
TOTAL		36,80%	R\$	849,29

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens
		Não	R\$ 3,50	2
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM/NÃO	Valor	Dias
		S	R\$ 330,00	1
C	Assistência Funeral - (3% Remuneração/12*3)	Desconto	R\$ 120,25	
D	Seguro de Vida e Invalidez	Desconto	R\$ 33,00	
E	Outros (especificar)			
TOTAL			R\$	341,31

Cláusula 10ª
Cláusula 12ª
Cláusula 34ª

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$	645,11
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	849,29
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	341,31
TOTAL		R\$	1.835,71

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 10,58 *
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,69 *
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 3,69
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 44,77 *
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,48 *
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 70,16
TOTAL		R\$	146,37

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	1,63%	R\$ 37,62
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,46
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 7,62
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,055%	R\$ 1,27
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		R\$ -
TOTAL		2,04%	R\$ 46,97

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
4.1	Substitutos nas Ausências Legais	R\$	46,97
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
TOTAL		R\$	46,97

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	90,39
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$	-
C	Equipamentos (custo mensal por empregado)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-

TOTAL	R\$	90,39
-------	-----	-------

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos indiretos			R\$ 265,64
B	Lucro			R\$ 318,65
C	Tributos			8,65%
	C.1	Tributos Federais	PIS	R\$ 35,66
	C.2		COFINS	R\$ 164,58
	C.3	Tributos Municipais	ISS	R\$ 274,30
TOTAL				R\$ 1.058,83

474,55

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	2.307,82
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.835,71
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$	146,37
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	46,97
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	90,39
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$	4.427,26
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	1.058,83
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$	5.486,09
VALOR DIÁRIAS (30% MÓDULO 01)		R\$	692,35
VALOR TOTAL POR EMPREGADO MENSAL		R\$	6.178,44

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ 6.178,44
Quantidade de postos	5
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ 370.706,40

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 25032.000409/2025-46
Licitação nº:
Data do Pregão: DD/MM/AAAA Horário: Pregão nº XXXX/20XX
XX:XX hrs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/05/2025
B	Município/ UF	Cruzeiro do Sul/AC
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT 2025/2026 - AC000021/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	Posto
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1
3	Cargo:	Motorista Categoria "D" 12x36 Diurno

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	Motorista Cat. "D" - 12x36 Diurno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7824-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.004,22
4	Salário Mínimo Vigente (2025)	R\$ 1.518,00
5	Data base da categoria	01/01/2025

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
1	Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário Base					R\$ 2.004,22
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N			R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	S		20%	R\$ 303,60
D	Adicional noturno (20% proporção 7/12)	Sim/Não	N	58,3333%	20%	R\$ -
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida (20 % proporção 1/12)	Sim/Não	N	8,3333%	120%	R\$ -
F	Outros (especificar)					
G	Outros (especificar)					
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$ 2.307,82

Cláusula 8ª

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias				
2.1	13º salário e adicional de férias			
		(%)	Valor (R\$)	
A	13º salário	8,33%	R\$	192,32
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$	279,25
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,52%	R\$	173,54
TOTAL			R\$	645,11

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			
		(%)	Valor (R\$)	
A	INSS	20,00%	R\$	461,56
B	Salário Educação	2,50%	R\$	57,70
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	3,0	FAT 1,0
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$	34,62
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	23,08
F	SEBRAE	0,60%	R\$	13,85
G	INCRA	0,20%	R\$	4,62
H	FGTS	8,00%	R\$	184,63
TOTAL			36,80%	R\$ 849,29

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens Dias Desconto
		Não	R\$ 3,50	2 15 R\$ 120,25
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM/NÃO	Valor	Dias Desconto
		S	R\$ 330,00	1 R\$ 33,00
C	Assistência Funeral - (3% Remuneração/12*3)			R\$ 17,31
D	Seguro de Vida e Invalidez			R\$ 27,00
E	Outros (especificar)			R\$ -
TOTAL				R\$ 341,31

Cláusula 10ª

Cláusula 12ª

Cláusula 34ª

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$	645,11
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	849,29
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	341,31
TOTAL		R\$	1.835,71

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 10,58 *
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,69 *
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 3,69
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 44,77 *
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,48 *
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 70,16
TOTAL		R\$	146,37

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	1,63%	R\$ 37,62
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,46
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 7,62
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,055%	R\$ 1,27
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		R\$ -
TOTAL		2,04%	R\$ 46,97

Submódulo 4.2 - Intraornada			
4.2	Substituto na Intraornada	(%)	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ -
TOTAL		R\$	-

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
4.1	Substitutos nas Ausências Legais	R\$	46,97
4.2	Substituto na Intraornada	R\$	-
TOTAL		R\$	46,97

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$	90,39
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$	-
C	Equipamentos (custo mensal por empregado)	R\$	-
D	Outros (Especificar)	R\$	-

Resultado	Custos Indiretos	Lucro
Painel de preços - 1 e 2	6,00%	6,79%
Valor médio de custos variáveis*	6,00%	6,79%

* Em relação ao Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros foram considerados os percentuais de 6% (seis por cento) para custos indiretos (despesas administrativas) e 6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento) para lucro. Tais percentuais foram estabelecidos em conformidade com a “Planilha de custos e formação de Preços: Conceitos e metodologia aplicáveis para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra”, do Portal de Compras do Governo Federal.

UNIFORME						
MOTORISTA - CBO: 7823-05 e 7824-10						
Nº	Descrição	Qte.	Valor Unitário	Valor Médio Unitário (Conjunto)	Valor Anual (Conjuntos) x2	Custo Mensal
1	Camisa	2	R\$ 19,79	R\$ 39,58	R\$ 79,16	R\$ 6,60
2	Calça	2	R\$ 162,43	R\$ 324,86	R\$ 649,72	R\$ 54,14
3	Sapato	2	R\$ 85,20	R\$ 170,40	R\$ 340,80	R\$ 28,40
4	Crachá	1	R\$ 7,50	R\$ 7,50	R\$ 15,00	R\$ 1,25
Custo médio dos uniformes				R\$ 542,34		
Custo mensal dos uniformes (por posto)						R\$ 90,39

ANEXO VIII
MOLDELO – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [Preencher]

CONTRATO Nº [Preencher]

CONTRATADA: [Nome da Empresa]

CNPJ: [Preencher]

Considerando o descumprimento das obrigações contratuais assumidas pela empresa acima identificada, no âmbito do Contrato nº [●], firmado com a [Nome do Órgão/Entidade], referente à prestação dos serviços de [Descrever o Objeto], fica **AUTORIZADA** a utilização dos valores vinculados à garantia contratual, conforme previsto no art. 102 da **Lei nº 14.133/2021**, e no instrumento contratual firmado entre as partes.

A presente autorização tem por finalidade:

- Ressarcir prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato;
- Compensar multas aplicadas;
- Cobrir valores inadimplidos pela contratada que estejam diretamente relacionados à execução contratual.

DADOS DA GARANTIA

[] Caução em

- Tipo de garantia: [] Seguro garantia [] Fiança bancária
- dinheiro [] Títulos da dívida pública
- Valor da garantia: R\$ [Preencher]
- Instituição garantidora (se aplicável): [Preencher]
- Número da apólice / termo: [Preencher]
- Data de emissão: [Preencher]

Solicita-se à instituição garantidora que proceda à liberação do valor garantido, nos termos contratuais e legais, mediante a apresentação da documentação comprobatória da ocorrência que ensejou a utilização da garantia.

Publique-se.

Encaminhe-se cópia aos interessados.

[Local], [Data].

ANEXO VIII

MOLDELO – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA

[Nome da Autoridade Competente]

[Cargo]

[Órgão/Entidade]

Se quiser que eu insira nomes e dados específicos diretamente no texto, é só mandar que eu edito rapidinho!

ANEXO IX

MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº /

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (ÓRGÃO / ENTIDADE) E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA XXXX, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do , (informar o órgão) estabelecido(a) , (endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº / , por meio da Coordenação , consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº , de / / , (data) publicada no D.O.U. de /__ / , (data) neste ato, representado(a) pelo(a) (cargo), Senhor(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pela , e inscrito no CPF sob nº , nomeado(a) pela Portaria nº , de / / (data), publicada no D.O.U. de / / (data), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, , estabelecido(a) _ , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado(a) pelo seu (cargo), Senhor(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pela , e inscrito no CPF sob nº , têm justo e acordado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.
4. Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
6. Partícipes - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

ANEXO IX

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada Contrato será aberta uma conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação.
3. A movimentação dos recursos na conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO e abre conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo

ANEXO IX

o número da conta-depósito vinculada –bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na conta- depósito vinculada — bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.

9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;

9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die; e

9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA: DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo;

2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;

ANEXO IX

3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico;
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras;
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação;
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento; e
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

CLÁUSULA QUINTA: DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

ANEXO IX

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO;
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento; e
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

*** Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA: DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

ANEXO IX

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de _____

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

(Local e data)

Assinatura do representante da
ADMINISTRAÇÃO

Assinatura do representante da
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO IX

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/____ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

_____ de _____ de 20__.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

(nome)

(cargo/Gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação —, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado:

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor
previamente designado pelo ordenador.

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

ANEXO IX

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a) _____,

Em atenção ao Ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada —

bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº ____ de ____ de ____ de ____, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente

Ao (A) Senhor (a)

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Endereço

ANEXO IX

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício nº ____/____

____ de ____ de 20__.

Senhor (a),

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação à empresa_____, CNPJ _____, na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº ____ de ____ de ____ de _____, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: _____

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/_____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

Gerente

ANEXO IX

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº /20__ - ____

Local, ____ de ____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ ____ da conta nº ____ da agência nº ____ de titularidade de ____, (nome do proponente) Inscrito no CNPJ sob o nº ____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação:

Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal
ou servidor previamente designado pelo ordenador.

ANEXO IX

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a) _____,

(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__ - _____, de ____/____/20__, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação — de nº _____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação:

CREDITAR			
Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Nº da Agência da Instituição Financeira

ANEXO IX

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ da Instituição Financeira _____
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação nº _____ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação

ANEXO IX

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

_____, ____ de _____ de 20__

Ao (A) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal
ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO IX

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20____ - ____

Local, ____ de ____ de 20____

Ao (A) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor (a) Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta - depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal
ou do servidor previamente designado pelo ordenador

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

**Serviços de Motoristas com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra
DSEI Alto Rio Juruá – Ministério da Saúde / SESAI**

1. OBJETO DA AVALIAÇÃO

O presente Instrumento de Medição de Resultados – IMR tem por finalidade aferir, mensalmente, o nível de execução contratual e o desempenho da contratada na prestação dos serviços de motoristas em dedicação exclusiva de mão de obra, de forma contínua, para atendimento das necessidades operacionais das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI's), transporte de insumos, materiais e logística no âmbito do DSEI/ARJ.

2. FINALIDADE DO IMR

O IMR visa:

- a) verificar o cumprimento quantitativo e qualitativo das obrigações contratuais;
- b) subsidiar o pagamento mensal;
- c) permitir aplicação de glosas, penalidades ou ajustes quando necessário;
- d) assegurar a continuidade e eficiência dos serviços;
- e) permitir rastreabilidade e transparência na execução do contrato.

3. RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO

Fiscal administrativo: Titular Rosimiro Santos de Araújo

Fiscal Administrativo Substitutos: Jaime Chaves Correia Neto

Fiscal Técnico: José Bezerra de Matos

Fiscais Substitutos: Francisco Manoel Amorim de Souza

4. PERIODICIDADE

A avaliação será **mensal**, coincidindo com o período da fatura apresentada pela contratada.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A nota final será obtida pela soma dos indicadores ponderados.
A escala varia entre **0 e 100 pontos**.

5.1 Indicadores Avaliados

I – DISPONIBILIDADE DE MOTORISTAS (Peso 40%)

Descrição: Verifica a presença, pontualidade e disponibilidade dos motoristas conforme escala aprovada.

Métrica:

- $\geq 98\%$ de disponibilidade: **40 pontos**
- 95% a 97,99%: **30 pontos**
- 90% a 94,99%: **20 pontos**
- $< 90\%$: **0 pontos**

Fontes de comprovação: escala, folha de ponto, relatórios de campo, GPS (quando aplicável).

II – EXECUÇÃO DAS ROTAS E ATIVIDADES (Peso 25%)

Descrição: Avalia o cumprimento das rotas, viagens, deslocamentos e missões, conforme demanda do DSEI/ARJ.

Métrica:

- $\geq 95\%$ das rotas cumpridas: **25 pontos**
- 90% a 94,99%: **15 pontos**
- 80% a 89,99%: **10 pontos**
- $< 80\%$: **0 pontos**

III – QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO (Peso 20%)

Descrição: Comportamento, respeito às normas, atendimento às orientações do fiscal e zelo com o veículo.

Métrica:

- Excelente (sem registros de ocorrência): **20 pontos**
- Bom (até 1 ocorrência leve): **15 pontos**

- Regular (2 a 3 ocorrências): **5 pontos**
- Ruim (>3 ocorrências): **0 pontos**

IV – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DOCUMENTAIS (Peso 15%)

Descrição: Verifica a entrega tempestiva dos documentos trabalhistas:

- Folha de pagamento
- Comprovantes de FGTS
- INSS
- Vale-transporte/alimentação
- Escala
- Atestados de saúde ocupacional

Métrica:

- Entrega completa dentro do prazo: **15 pontos**
- Entrega incompleta: **5 pontos**
- Não entrega ou entrega irregular: **0 pontos**

6. COMPOSIÇÃO DA NOTA FINAL

A pontuação máxima é **100 pontos**.

Classificação Final

- **85 a 100 pontos** – Execução Excelente
- **70 a 84 pontos** – Execução Adequada
- **50 a 69 pontos** – Execução Regular (pode haver recomendação de ajustes)
- **0 a 49 pontos** – Execução Insatisfatória (pode gerar glosas e penalidades)

7. CRITÉRIOS DE GLOSA

As glosas serão aplicadas proporcionalmente à redução da pontuação final.

Nota Final	Percentual a ser pago
85–100	100% (sem glosa)
70–84	90% do valor mensal
50–69	70% do valor mensal
< 50	50% ou abertura de processo sancionatório

8. SITUAÇÕES QUE GERAM DESCONTO IMEDIATO

Independentemente da nota:

- a) ausência de motorista escalado;
- b) não cumprimento de rota essencial para atendimento de aldeias;
- c) substituição de motorista sem autorização;
- d) conduta inadequada comprovada;
- e) atraso superior a 30 minutos sem justificativa.

O desconto será proporcional ao impacto do evento na execução contratual.

9. FORMULÁRIO MENSAL DO IMR

Inclui:

- Dados dos motoristas
- Escalas
- Ocorrências
- Nota de cada indicador
- Nota final
- Assinaturas dos fiscais

10. CONCLUSÃO DO IMR

O resultado final servirá de base para:

- a) pagamento;
- b) glosa;
- c) registro no histórico da contratada;
- d) aplicação de penalidades;
- e) controle interno e auditorias.

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Local e data)

À

(Órgão/Unidade Contratante)

CNPJ: (informar)

Ref.: Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu(sua) representante legal abaixo assinado(a), declara, para fins de participação no presente processo licitatório, que:

1. Mantém ou não mantém contratos vigentes com a iniciativa privada relacionados ao mesmo objeto ou de natureza semelhante ao desta contratação, especificando abaixo (se houver):

- _____
- _____
- _____

2. Mantém ou não mantém contratos vigentes com órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta relacionados ao mesmo objeto ou de natureza semelhante ao desta contratação, especificando abaixo (se houver):

• Órgão/Entidade: _____

Objeto: _____

Vigência: _____

• Órgão/Entidade: _____

Objeto: _____

Vigência: _____

3. Declara ainda que, para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira, observa-se o disposto nos itens D1 e D2 da alínea “d” do subitem 11.1 do Item 11 do Anexo VII-A da Instrução Normativa, conforme fórmulas exemplificativas abaixo:

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) do somatório dos contratos firmados pela licitante não é superior ao patrimônio líquido apresentado.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

Valor total dos contratos

Observações:

Nota 1: O resultado deverá ser superior a 1.

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

b) Caso a diferença entre a receita bruta constante na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE – e a receita declarada seja superior a 10% para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$

Valor da Receita Bruta

4. Declara, por fim, que todas as informações prestadas são verdadeiras, ciente de que a omissão ou falsidade poderá acarretar responsabilização civil, administrativa e penal.

Por ser verdade, firma a presente.

Nome do Representante Legal

Cargo

Telefone / E-mail

Empresa

CNPJ

ANEXO XI

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

ACORDO ENTRE O MPU – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antônio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia,

a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de: "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudo cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM:

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;

- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços

disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT